



Demonstrações Financeiras

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente



Declaração dos Diretores

Em cumprimento às disposições constantes no inciso V, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM n. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em 26 de março de 2024, sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 que estão sendo apresentadas.

Fabio Martinelli Godinho
Diretor Presidente

Carlos Wollenweber
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração

É com satisfação que apresentamos os resultados operacionais e financeiros da CVC Corp referente ao quarto trimestre de 2023!

Esse resultado é fruto da evolução dos pilares estratégicos da nova gestão: (i) governança corporativa, com a volta da família Paulus como acionista estratégico da companhia, combinando tanto o conhecimento do mercado de turismo quanto do mercado de capitais; (ii) estrutura de capital, solidificada com o sucesso do follow-on realizado, alcançamos uma captação final que superou as expectativas, com uma demanda pelo papel cinco vezes maior do que inicialmente previsto; (iii) estratégia, estamos focados no crescimento da jornada *digital*, combinando experiências online e offline para proporcionar aos nossos clientes uma jornada de compra integrada. Além disso resgatamos o DNA da marca, concentrando-nos nos produtos exclusivos CVC, expandindo nossa rede de franquias para o interior do país e introduzindo meios de pagamento alternativos ao cartão de crédito; (iv) time, com a construção de um time de liderança especialista no mercado de turismo.

Nos produtos exclusivos tivemos aumento nas vendas, alcançando uma participação de 15,6% no segmento CVC Lazer, representando um importante crescimento de ~7.0 p.p. no take rate em comparação com o último trimestre de 2022. Destaca-se ainda o aumento de 18% nos assentos exclusivos CVC em comparação com o terceiro trimestre de 2023. Paralelamente, durante o segundo semestre de 2023, observamos um crescimento de 33% no número de novas rotas em comparação com o primeiro semestre do mesmo ano.

É importante destacar também os meios de pagamento alternativos ao cartão de crédito, que têm sido uma prioridade em nossa estratégia para proporcionar maior conveniência aos nossos clientes. Entre essas opções, incluímos: a linha de crédito do Banco do Brasil (BB Realiza), financiamento através da garantia do Saque Aniversário – FGTS, pagamento através da plataforma PicPay e projeto piloto para financiamento de viagem com crédito consignado para servidores públicos.



Após investimentos e implementações realizados no 2S23, alcançamos resultados significativos no desenvolvimento da jornada *digital*: (i) Chat CVC: proporciona uma experiência de compra de pacotes de viagem mais ágil, com o suporte dos nossos especialistas, garantindo um atendimento personalizado e começando a utilizar Inteligência Artificial no atendimento aos clientes; (ii) orçamento dinâmico vitrine: Inovamos ao lançar essa funcionalidade, novidade no mercado que permite a atualização em tempo real da jornada do cliente e possibilita a compra de qualquer lugar, sem a necessidade de um vendedor presente, oferecendo conveniência e praticidade aos nossos clientes; (iii) Em setembro de 2023 tivemos a integração das mídias sociais com as plataformas de CRM, que marcaram um avanço significativo em nossa estratégia. Essa integração nos permite oferecer atendimento via WhatsApp da loja, uma abordagem extremamente eficaz e conveniente. Como resultado direto dessa integração, observamos que ela contribuiu com 30% das vendas no último trimestre, destacando seu impacto positivo em nossas operações comerciais.

Além disso, demos início ao nosso plano de expansão, inaugurando um total de 80 novas lojas ao longo do ano de 2023, das quais 60 foram abertas somente no segundo semestre. Em relação às vendas nas mesmas lojas (*SSS - Same Store Sales*), registramos um crescimento de 20% no quarto trimestre de 2023 em comparação com o mesmo período de 2022. Esse crescimento foi impulsionado por uma série de iniciativas estratégicas, incluindo um investimento massivo em marketing, a recomposição efetiva da nossa força de vendas, a contratação de produtos exclusivos e o fortalecimento contínuo da nossa jornada *digital*. Essas ações combinadas têm sido fundamentais para consolidar nossa posição no mercado e garantir um crescimento consistente e sustentável no longo prazo.

No B2C, mesmo com a quantidade de Assentos-quilômetro oferecidos (*ASK*) da indústria estável vs 4T22 tivemos um crescimento de 21,2% em nossas reservas confirmadas com aumento do take rate em 0,6 p.p, impulsionado pela abertura de lojas e crescimento nas vendas nas mesmas lojas (*SSS - Same Store Sales*). No segmento B2B, optamos por descontinuar as vendas de passagens para milheiros, o que resultou em uma redução no volume de vendas. No entanto, essa decisão foi tomada visando priorizar a rentabilidade da operação, onde aumentamos o take rate em 0,4p.p. A Rextur Advance teve crescimento de 1,2 p.p passando de 4,21% no 4T22 para 5,37% no 4T23.



Focando na rentabilidade das operações, o *take rate* consolidado ao final de 2023 aumentou 0,7 p.p em relação a 2022, reflexo da melhora desse indicador em todas as unidades de negócio, B2C, B2B e Argentina. Essa conquista demonstra a eficácia das medidas implementadas em cada segmento.

A busca contínua pela redução das despesas administrativas resultou em uma redução de 28,7% em relação ao mesmo período de 2022. Como resultado direto desses esforços o EBITDA ajustado do quarto trimestre de 2023 foi de R\$ 86,4 milhões, em comparação com R\$ 4,2 milhões no quarto trimestre de 2022. No acumulado do ano o EBITDA ajustado atingiu R\$ 193,0 milhões, sendo que 94,5% referem-se ao segundo semestre de 2023.

Em relação aos investimentos em tecnologia no 4T23, houve concentração em projetos com foco no *digital* e no ganho de eficiência em processos internos.

Nosso Lucro Líquido Caixa¹ registrou um resultado positivo de R\$ 18,8 milhões. Além disso, como parte do contínuo esforço para aprimorar nossa estrutura de capital, em novembro foi exercido o aumento de capital decorrente do Bônus de Subscrição, resultando em uma injeção significativa de recursos na Companhia, totalizando R\$ 226 milhões. Esses recursos são de suma importância para o reforço do capital de giro e gestão de estrutura de capital da CVC Corp, reduzindo a alavancagem e o endividamento líquido em R\$ 225 milhões entre trimestres consecutivos (4T23 vs 3T23).

Adicionalmente, nos últimos três meses de 2023, a CVC foi qualificada com o selo RA1000, reforçando seu protagonismo entre as empresas do setor de turismo. O selo RA1000 destaca as empresas que possuem excelentes índices de atendimento no Reclame AQUI. Essa conquista reforça o compromisso da CVC com a qualidade do atendimento ao cliente e evidencia nosso empenho em proporcionar experiências positivas e satisfatórias aos nossos clientes em todas as interações com a empresa.

No Brasil, a inflação segue trajetória de queda, fazendo com que o ciclo de aperto monetário experimentado durante o ano comece a arrefecer, conforme pode ser observado pelas recentes reduções na taxa Selic. A menor taxa de juros, atrelada a recomposição de parte da renda disponível do consumidor, tende a impulsionar o setor do Turismo e a reduzir o custo de acesso ao mercado

¹ Vide seção Lucro Líquido



de crédito. A redução da taxa de juros também reflete diretamente nos juros da dívida da Companhia, beneficiando o resultado financeiro.

Ao chegarmos ao final de 2023, estamos extremamente satisfeitos com os resultados robustos alcançados, o que evidencia o sucesso da estratégia “back to basics” ao longo do segundo semestre do ano.

Olhando para 2024, além de dar continuidade às ações já implementadas, estamos comprometidos em aprimorar e modernizar constantemente o modelo de negócio das empresas da CVC Corp. Nos próximos trimestres, gradualmente, compartilharemos detalhes sobre os projetos transformacionais que garantirão a continuidade de mais 50 anos de excelência em nossas operações, com o foco central em prestar total assistência ao nosso passageiro.

Por fim, reiteramos nosso compromisso com a rentabilidade de nossos acionistas, credibilidade com nossos *stakeholders* e fomento do setor de turismo.

Uma boa leitura,
Fabio Godinho



Comentários de Desempenho Consolidado relativos ao 4T23 e 2023

(As informações a seguir comparam: período de 3 meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (4T23 e 4T22, respectivamente) e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (2023 e 2022, respectivamente)).

R\$ milhões	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
Receita Líquida	492,0	321,4	53,1%	1.432,7	1.221,6	17,3%
Custo dos Serviços Prestados	(139,8)	-	n.a.	(139,8)	-	n.a.
Lucro Bruto	352,2	321,4	9,6%	1.292,9	1.221,6	5,8%
Despesas de Vendas	(69,6)	(62,1)	12,1%	(304,0)	(243,3)	25,0%
Despesas Gerais e Administrativas	(177,9)	(249,3)	-28,7%	(756,4)	(908,4)	-16,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(50,4)	73,0	n.a.	(144,2)	96,7	n.a.
EBITDA	54,3	82,7	-34,3%	88,0	165,6	-46,9%
Depreciação e Amortização	(61,7)	(53,4)	15,6%	(218,5)	(203,2)	7,5%
Resultado Financeiro	(48,7)	(111,6)	-56,3%	(322,0)	(309,5)	4,1%
Imposto de renda	(18,3)	(14,4)	27,1%	(4,4)	(86,4)	-94,9%
Lucro/Prejuízo Líquido	(74,5)	(96,8)	-23,0%	(456,9)	(433,4)	5,4%

Receita Líquida

A receita líquida da CVC Corp somou R\$ 492,0 milhões no 4T23, versus R\$ 321,4 no mesmo período do ano interior. No acumulado do ano, a receita líquida da CVC Corp somou R\$1.432,7 milhões, um avanço de 17,3% comparado ao mesmo período do ano anterior.



Custo dos Serviços Prestados

No ano a linha de custo dos serviços prestados registrou a rubrica de R\$ 139,8 milhões. Passamos a reconhecer essa linha em função dos produtos em que a CVC Corp atua como principal e não como agente.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto da CVC Corp somou R\$ 352,2 milhões no 4T23, aumento de 9,6% frente a 4T22, reflexo das operações B2C e Argentina. No B2C o aumento de 11,1% deve-se a melhor:

- (i) gestão dos produtos exclusivos,
- (ii) precificação (foco na rentabilidade),
- (iii) mix de produtos, especialmente maior share de pacotes/produtos exclusivos, na operação B2B reduzimos nosso volume de vendas priorizando a rentabilidade da operação onde aumentamos o take rate em 0,4 p.p. pela descontinuação de venda para milheiros, redução de vendas em virtude da guerra de Israel, porém evitamos perdas financeiras e reduzimos a inadimplência, em virtude do reforço na área de análise de crédito e estrutura de cobrança. Na operação da Argentina o aumento de 24,8% é reflexo dos embarques no período, principalmente, nos meses de outubro e novembro.

Despesas de vendas

No 4T23, as Despesas de Vendas da CVC Corp cresceram 12,1% em comparação ao 4T22, sendo os principais impactos descritos abaixo:

- (+) no Brasil as despesas com marketing foram superiores ao 4T22, em razão do maior dispêndio em comunicação, decorrente da Black Friday ("Campanha CVC Friday") e continuidade da Campanha "Invasão Amarela" tanto no formato online, quanto offline;
- (+) custos com Cartão de Crédito, no Brasil, dado o aumento de volume nas reservas confirmadas no B2C (+21,2%);
- (-) PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa) – maior efetividade da cobrança ativa, melhora da base de clientes, melhor monitoramento de repasse de franqueados;
- (+) na operação Argentina, houve aumento nas despesas de vendas por maior volume de pagamentos por cartão de crédito (reconhecimento do momento da venda). Importante ressaltar que as restrições impostas pelo governo na forma de parcelamento de viagens internacionais na operação de varejo seguem vigentes.



Despesas gerais e administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas reduziram 28,7% quando comparadas do 4T22, e 16,7% quando comparadas com 2022, decorrentes do maior controle de despesas fixas, sendo as principais: (i) reduções relacionadas a racionalização de estruturas e, (ii) revisão de contratos. Adicionalmente, em janeiro/24 foi realizada uma nova adequação estrutural na qual tivemos redução de aproximadamente 10% no quadro de colaboradores da Companhia.

Outras Receitas/Despesas Operacionais registrou valor negativo de R\$ 50,4 milhões ante um valor positivo de R\$ 73,0 milhões no mesmo período do ano anterior (resultado da reversão de provisões para riscos provenientes de aquisições passadas, que não se materializaram).

No trimestre corrente, esta linha foi composta pela (i) redução das atividades da VHC Stay, que ficou restrita a apenas a operação de Miami, sendo que esta provisão de baixa de ativo impactou esta rubrica em R\$ 10,3 milhões; (ii) despesas com reembolsos e cancelamentos, ainda em função da pandemia, R\$ 22,5 milhões e; (iii) expiração de créditos concedidos conforme regulamentação estipulada para o período da pandemia, R\$ 39,6 milhões, (iv) constituída provisão para contingência na Argentina no valor de R\$ 54,8 milhões. No acumulado do ano, esta rubrica foi impactada, majoritariamente, pelo registro de impairment da Submarino Viagens no 3T23, R\$ 77,1 milhões.

A Despesa não Recorrente registrou a rubrica de R\$ 32,3 milhões, impactada majoritariamente em decorrência da redução da operação da VHC Stay em R\$ 10,3 milhões, R\$ 41,5 milhões em função da expiração de créditos concedidos e constituída provisão para contingência na Argentina, conforme mencionado acima.

EBITDA/EBITDA Ajustado

R\$ milhões	4T23	4T22	Δ%	2023	2022	Δ%
EBITDA Ajustado	86,4	4,2	n.a.	193,0	72,6	165,8%
Equivalência Patrimonial	(0,0)	(0,3)	-98,0%	(0,3)	(0,9)	-69,3%
Itens Não Recorrentes	(32,3)	75,6	n.a.	(106,0)	74,6	n.a.
Taxa de Serviços - Fee Boleto	0,1	3,2	-95,4%	1,3	19,3	-93,2%
EBITDA	54,3	82,7	-34,3%	88,0	165,6	-46,9%

No 4T23, A CVC Corp registrou EBITDA Ajustado de R\$ 86,4 milhões, o qual acresce as despesas com boletos (reportada nas Demonstrações Financeiras na rubrica 'Despesas Financeiras') e excetua os itens não recorrentes e equivalência patrimonial, crescimento de R\$ 82,2 milhões vs 4T22.

A rubrica Itens Não Recorrentes, faz referência, majoritariamente, a redução das atividades da VHC Stay, expiração de créditos concedidos e provisão para contingência constituída na Argentina, conforme previamente explicado.

No acumulado do ano o EBITDA Ajustado alcançou R\$ 193,0 milhões, sendo que 94,5% referem-se ao segundo semestre de 2023 vs R\$ 72,6 milhões no ano de 2022, crescimento de R\$120,4 milhões entre períodos.



Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro totalizou R\$ 48,7 milhões no 4T23, a redução em comparação ao 4T22 deve-se, principalmente, aos encargos sobre o montante antecipado de recebíveis dentro do trimestre (R\$ 824,1 milhões em 31 de dezembro de 2023 vs R\$ 998,6 milhões em 31 de dezembro de 2022) e efeitos da redução do CDI médio que incide sobre a dívida bruta, principalmente sobre o saldo das debêntures.

Impostos

Em decorrência da Lei do PERSE (Lei 14.148/2021), as alíquotas de PIS/COFINS e IR/CSLL passaram a ser zero para as receitas auferidas nas operações de turismo no Brasil. No entanto, a MP 1.202/2023 de 28 de dezembro de 2023, revogou alguns pontos da Lei do Perse, PIS/COFINS e CSLL tem alíquota zero até 31 de março de 2024 e de IRPJ até 31 de dezembro de 2024, após estas datas as alíquotas voltam a vigorar normalmente.

No 4T23, o montante de R\$ 18,3 milhões negativo apresentado nesta linha, refere-se, majoritariamente, a imposto de renda diferido, relacionado ao Impairment sobre ativos fiscais diferidos em controlada da CVC Corp.

No acumulado do ano esta rubrica registrou o montante de R\$ 4,4 milhões negativo.

Lucro Líquido e Lucro Líquido Caixa

O Lucro Líquido Caixa no 4T23, que reflete o Lucro Líquido reportado pela Companhia, ajustado por depreciação/amortização, investimentos, redução da operação VHC Stay, foi positivo em R\$ 18,8 milhões, este é um importante indicador, que demonstramos na conciliação abaixo.

R\$ milhões	4T23	4T22	Δ	2023	2022	Δ
EBITDA	54,3	82,7	-34,3%	88,0	165,6	-46,9%
(+) Depreciação e amortização	(61,7)	(53,4)	15,6%	(218,5)	(203,2)	7,5%
Software	(35,2)	(30,7)	14,7%	(138,7)	(115,7)	19,9%
Aquisição de Controladas	(8,7)	(14,2)	-38,7%	(41,4)	(58,9)	-29,7%
Outros	(17,8)	(8,6)	107,0%	(27,7)	(28,6)	-3,1%
(+) Resultado Financeiro	(48,7)	(111,6)	-56,3%	(322,0)	(309,5)	4,1%
Prejuízo antes de IR e CS	(56,2)	(82,4)	-31,8%	(452,5)	(347,1)	30,4%
(+) IR e CS	(18,3)	(14,4)	27,0%	(4,4)	(86,4)	-94,9%
Lucro/Prejuízo Líquido	(74,5)	(96,8)	-23,0%	(456,9)	(433,4)	5,4%
Lucro Líquido Caixa	18,8	(197,6)	n.a.			



Comentários sobre as principais contas patrimoniais

Consolidado Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Passivo & PL	31/12/2023	31/12/2022
Total Ativo Circulante	2.301,4	1.962,4	Total do Passivo Circulante	2.478,3	3.130,4
Total Ativo Não Circulante	1.729,5	1.955,1	Total do Passivo Não Circulante	944,7	470,7
			Total do Patrimônio Líquido	608,0	316,5
Total do Ativo	4.030,9	3.917,6	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	4.030,9	3.917,6

O ativo circulante totalizou R\$ 2.301,4 milhões em 31 de dezembro de 2023 frente ao saldo de R\$ 1.962,4 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Como percentual do total do ativo, o ativo circulante representava 57,1% em 31 de dezembro de 2023 e 50,1% em 31 de dezembro de 2022.

O passivo circulante totalizou R\$ 2.478,3 milhões em 31 de dezembro de 2023 em comparação a um saldo de R\$ 3.130,4 milhões em 31 de dezembro de 2022, explicada essencialmente pela diminuição dos valores lançados em debêntures, R\$ 532,2 milhões fruto do reperfilamento das mesmas.

Adicionalmente, houve redução do saldo de Impostos e contribuições a pagar da ordem de R\$ 32,6 milhões e redução na linha Salários e encargos sociais no montante de R\$ 73,3 milhões.

Como percentual do total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representou 61,5% em 31 de dezembro de 2023 e 79,9% em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, o total do patrimônio líquido foi de R\$ 608,0 milhões em comparação a um saldo de R\$ 316,5 milhões em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento decorre essencialmente do aumento da rubrica Capital Social em virtude do *follow-on* ocorrido em junho, além do aumento na rubrica Reservas de Capital.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relacionamento com Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 381/03 informamos que os auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S, não prestaram serviços que conflitaram com a auditoria externa durante o período findo em 31 de dezembro de 2023. A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.



Os serviços de não auditoria no exercício totalizaram R\$ 3,6 milhões reais no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Balanços patrimoniais.....	10
Demonstrações dos resultados.....	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	15
Demonstrações do valor adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	18

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Diretores e Conselho de Administração da
CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CVC Brasil Operadora e Agências de Viagens S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento da receita

As receitas da Companhia e suas controladas são originadas substancialmente pela intermediação de venda de pacotes turísticos, passagens aéreas, reserva de hotéis e cruzeiros marítimos e inclui montantes intermediados com base nos contratos de prestação de serviço com os clientes. O reconhecimento de receita de intermediação de venda de pacotes turísticos, de passagens aéreas, cruzeiros marítimos e reserva de hotéis envolve julgamento na determinação do momento em que a receita deve ser reconhecida, bem como existe um processo complexo de conciliação entre o valor cobrado do cliente e os repasses efetuados aos terceiros prestadores dos serviços turísticos para mensuração do valor da receita de intermediação conforme critérios de reconhecimento de receita incluídos na nota explicativa nº 20. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados diariamente para registrar e monitorar o reconhecimento da receita. Em nossa visão, em função dos aspectos mencionados acima poderem impactar de forma relevante o montante de reconhecimento da receita, e conseqüentemente, as demonstrações financeiras como um todo, bem como pela relevância dos montantes envolvidos nas transações representar elevado risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto é considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com o reconhecimento de receita incluíram, entre outros:

- Análise da adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, considerando as datas efetivas de embarque e venda, além de discussões sobre eventuais variações nos montantes da receita reconhecida no exercício as quais se apresentem de forma distinta as nossas expectativas;
- Avaliação, em base amostral, de ajustes feitos sobre as receitas decorrentes da diferença entre o valor da contraprestação recebida e o valor de repasse para os fornecedores de serviços turísticos;
- Avaliação, em base amostral, da rubrica de contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos, cujo saldo contempla a receita diferida da Companhia e também os repasses esperados para os terceiros prestadores dos serviços turísticos, para verificação da existência de obrigação junto aos clientes relacionados a entrega dos serviços turísticos contratados;
- Teste documental dos principais contratos da Companhia firmados no decorrer do exercício, sua contabilização e recebimentos subsequentes;

- Confirmação de saldos de contas a receber de clientes para as transações associadas às administradoras de cartão de crédito e financeiras; e
- Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos determinadas diferenças nos saldos a receber com administradoras de cartão e financeiras, sendo que tais diferenças foram ajustadas pela diretoria. Nós consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de redução ao valor recuperável do ágio

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2023 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R\$ 146.913 mil na controladora e R\$ 304.790 mil no consolidado. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto significativo que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto podem ocasionar, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Envolvimento dos nossos profissionais especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado;
- Análise da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados;
- Teste matemático das projeções de resultados;
- Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável;
- Análise das informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados para confirmar que as mesmas são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia e suas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, na extensão em que haja lucro tributável futuro, conforme detalhado na nota explicativa nº 15. Em 31 de dezembro de 2023, o montante de imposto diferido ativo líquido era de R\$371.797 mil na controladora e R\$546.137 mil no consolidado.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento envolvidos na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos estimados.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Análise do cálculo dos impostos diferidos ativos, com o auxílio de nossos especialistas em impostos;
- Análise, de forma geral, das projeções de resultados, elaboradas pela diretoria da Companhia, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos;
- Análise da adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados;
- Teste matemático das projeções de resultados;
- Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e dados contábeis, quando aplicável;
- Confirmação que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e
- Avaliação das divulgações da Companhia quanto à realização do imposto de renda e contribuição social diferidos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Compliance com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 e 14.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração da Companhia tomou conhecimento sobre supostas práticas em desacordo com seus controles e manuais internos da Companhia relacionadas com irregularidades envolvendo transações operacionais de suas subsidiárias integral na Argentina.

O departamento Jurídico & Compliance da Companhia determinou a condução de investigação sobre os fatos alegados nessa irregularidade, com a assessoria de especialistas externos independentes, para analisar os procedimentos internos relacionados a essas transações e apurar os fatos. O Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e Finanças (COAUD) juntamente com o departamento Jurídico & Compliance efetuaram a supervisão da investigação e a conclusão do assunto por especialistas independentes.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à natureza, bem como, o fato de a diretoria determinar a contratação de consultores independentes especializados para a investigação e auxílio na apuração de tais fatos.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Análise do processo e controles implementados pela diretoria para a captura dos processos, avaliação de riscos, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das informações relacionadas às investigações, que incluiu também a análise do canal de denúncias, tratamento destas denúncias e comunicação dos resultados aos órgãos de governança competentes;
- Avaliação do relatório emitido em 22 de março de 2024 por empresa especializada contratada pela Companhia para investigação de tais alegações;
- Entendimento e acompanhamento das principais ações da diretoria e dos órgãos de governança em relação a tais alegações. As interações ocorreram com o Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e Finanças (COAUD), membros do COAUD e membros da administração;
- Envolvimento dos nossos especialistas forenses para realizar procedimento de *shadow investigation* e avaliar se a investigação foi conduzida de acordo com as melhores práticas aplicáveis; e
- Envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre este assunto na nota explicativa nº 1 e 14.1.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os processos de investigação conduzidos pela Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os procedimentos adotados pela diretoria, assim como os critérios e premissas utilizados para a determinação da referida provisão adotados pela diretoria, e as respectivas divulgações na nota explicativa nº 1 e 14.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando-se do pressuposto da continuidade operacional, tendo como premissa o fato de que a Companhia e suas controladas estão em atividade e irão manter-se em operação por um futuro previsível de ao menos 12 meses a partir da data das demonstrações financeiras. Essa premissa leva em consideração o pressuposto de que a diretoria não pretende liquidar a entidade ou interromper as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista além dessas. A nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas detalha como a diretoria da Companhia concluiu que há uma expectativa razoável quanto a sua continuidade operacional para suportar a preparação das demonstrações financeiras com o uso deste pressuposto.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, prejuízo no exercício e prejuízos acumulados, em decorrência dos impactos que a pandemia de Covid-19 teve sobre o segmento de viagens e turismo, com severos reflexos nas atividades e nas receitas da Companhia.

Em razão do alto grau de julgamento relacionados a premissas base dessa avaliação, especificamente associadas à determinação das projeções de fluxo de caixa, e do impacto que qualquer mudança significativa nessas premissas poderia ter na avaliação do pressuposto de continuidade operacional, e conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros:

- Obtenção e análise da avaliação financeira preparada pela Companhia quanto às incertezas relacionadas a capacidade de continuidade operacional e da avaliação das projeções de fluxos de caixa preparadas pela Companhia para os próximos 12 meses a partir da data do balanço;
- Avaliação das premissas utilizadas na determinação das projeções de fluxos de caixa, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, bem como a consistência das projeções efetuadas comparadas com o realizado para os últimos anos;
- Avaliação das divulgações da Companhia, incluídas na nota explicativa nº 1 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o pressuposto de continuidade operacional, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC SP-034519/O



Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC-SP190451/O



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<i>Circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	397.591	382.304	482.830	687.545
Aplicações financeiras	5.2	108.734	118.845	130.520	127.363
Instrumentos financeiros derivativos	4.1.1	36	1.047	40	1.097
Contas a receber de clientes	6	631.815	277.758	842.635	515.456
Adiantamentos a fornecedores	7	446.577	374.297	712.064	445.120
Despesas antecipadas	8	40.163	33.806	44.318	39.628
Impostos a recuperar		14.939	21.088	36.856	80.675
Outras contas a receber		32.699	18.537	52.098	65.557
Total do ativo circulante		1.672.554	1.227.682	2.301.361	1.962.441
<i>Não circulante</i>					
Contas a receber - partes relacionadas	18.1	126.307	271.406	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.1	-	830	-	-
Despesas antecipadas	8	8.860	23.551	8.934	23.625
Impostos a recuperar		-	2.231	3.750	4.053
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	371.797	361.547	546.137	555.326
Depósitos judiciais	14.3	145.944	120.476	162.355	135.331
Outras contas a receber		182	185	1.166	11.145
Investimentos	9	554.303	667.375	4.205	4.486
Ativo imobilizado		16.519	19.420	28.988	36.149
Ativo intangível	10	466.774	506.560	911.221	1.130.433
Direito de uso de arrendamento	13	45.811	33.361	62.767	54.577
Total do ativo não circulante		1.736.497	2.006.942	1.729.523	1.955.125
Total do ativo		3.409.051	3.234.624	4.030.884	3.917.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e Patrimônio líquido					
<i>Circulante</i>					
Debêntures	12	161.497	693.735	161.497	693.735
Instrumentos financeiros derivativos	4.1.1	2.339	1.614	3.174	2.010
Fornecedores	11	510.542	433.813	867.919	753.408
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	19	1.028.794	1.093.255	1.236.909	1.363.735
Salários e encargos sociais		56.274	108.320	72.548	145.846
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	4.962	3.830
Impostos e contribuições a pagar		22.240	21.942	33.896	66.456
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	16.2	22.102	22.840	22.102	22.840
Passivo de arrendamento	13	20.319	11.488	25.133	16.742
Outras contas a pagar		32.099	34.337	50.128	61.793
Total do passivo circulante		1.856.206	2.421.344	2.478.268	3.130.395
<i>Não circulante</i>					
Debêntures	12	628.514	202.950	628.514	202.950
Provisão para perdas em investimento	9	9.220	25.712	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	18.1	96.139	75.178	-	-
Impostos e contribuições a pagar		7.172	19.266	8.941	21.173
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	14	86.651	57.061	170.931	94.796
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	16.2	84.990	90.118	84.990	90.118
Passivo de arrendamento	13	28.583	23.773	43.408	43.565
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	19	624	2.276	2.207	6.164
Outras contas a pagar		2.993	466	5.666	11.925
Total do passivo não circulante		944.886	496.800	944.657	470.691
<i>Patrimônio líquido</i>	17				
Capital social		1.755.264	1.414.018	1.755.264	1.414.018
Reservas de capital		1.224.579	812.641	1.224.579	812.641
Ágio em transações de capital		(183.846)	(183.846)	(183.846)	(183.846)
Outros resultados abrangentes		56.830	61.655	56.830	61.655
Ações em tesouraria		(120)	(120)	(120)	(120)
Prejuízos acumulados		(2.244.748)	(1.787.868)	(2.244.748)	(1.787.868)
Patrimônio líquido		607.959	316.480	607.959	316.480
Total do passivo e patrimônio líquido		3.409.051	3.234.624	4.030.884	3.917.566

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de vendas	20	899.825	724.846	1.432.690	1.221.595
Custo dos serviços prestados	21	(139.793)	-	(139.793)	-
Lucro Bruto		760.032	724.846	1.292.897	1.221.595
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>					
Despesas de vendas	21	(163.789)	(120.802)	(245.329)	(194.865)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	21	(50.602)	(38.935)	(58.699)	(48.399)
Despesas gerais e administrativas	21	(546.907)	(546.400)	(974.881)	(1.111.626)
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	21	<i>(433.026)</i>	<i>(456.911)</i>	<i>(756.385)</i>	<i>(908.446)</i>
<i>Depreciação e amortização</i>	21	<i>(113.881)</i>	<i>(89.489)</i>	<i>(218.496)</i>	<i>(203.180)</i>
Equivalência patrimonial	9	(184.860)	(41.474)	(288)	(937)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	8.962	(64.396)	(144.175)	96.659
Prejuízo antes do resultado financeiro		(177.164)	(87.161)	(130.475)	(37.573)
Resultado financeiro	22	(291.479)	(290.370)	(322.029)	(309.501)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(468.643)	(377.531)	(452.504)	(347.074)
Imposto de renda e contribuição social	15.1	11.763	(55.910)	(4.376)	(86.367)
Corrente		1.513	(585)	(1.475)	(859)
Diferido		10.250	(55.325)	(2.901)	(85.508)
Prejuízo do exercício		(456.880)	(433.441)	(456.880)	(433.441)
Prejuízo por ação - básico (R\$)	23			(1,22)	(1,72)
Prejuízo por ação - diluído (R\$)	23			(1,22)	(1,72)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(456.880)	(433.441)	(456.880)	(433.441)
Resultado líquido sobre hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-
Operações no exterior diferenças cambiais na conversão	(4.825)	(1.597)	(4.825)	(1.597)
Resultados abrangentes reclassificáveis para o resultado dos exercícios subsequentes	(4.825)	(1.597)	(4.825)	(1.597)
Total dos resultados abrangentes	(461.705)	(435.038)	(461.705)	(435.038)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

		Capital social	Reserva de capital			Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
			Pagamento baseado em ações	Ágio na emissão de ação	Ágio em transações de capital				
Saldos em 01 de janeiro de 2022		1.371.723	82.957	395.755	(183.846)	(122)	(1.354.427)	63.252	375.292
Aumento de capital com emissão de ações	17.1	42.295	-	360.512	-	-	-	-	402.807
Gasto com emissão de ações	17.1	-	-	(24.678)	-	-	-	-	(24.678)
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	(1.597)	-	(1.597)
Incentivo de longo prazo	17.3	-	(1.905)	-	-	2	-	-	(1.903)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(433.441)	-	(433.441)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.414.018	81.052	731.589	(183.846)	(120)	(1.787.868)	61.655	316.480
Aumento de capital com emissão de ações	17.1	341.246	-	457.870	-	-	-	-	799.116
Gastos com emissão de ações	17.1	-	-	(28.235)	-	-	-	-	(28.235)
Incentivo de longo prazo	17.3	-	(17.697)	-	-	-	-	-	(17.697)
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	(4.825)	-	(4.825)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(456.880)	-	(456.880)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.755.264	63.355	1.161.224	(183.846)	(120)	(2.244.748)	56.830	607.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(468.643)	(377.531)	(452.504)	(347.074)	
<i>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais</i>					
Depreciação e amortização	21	113.881	89.489	218.496	203.180
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	21	50.602	38.935	58.699	48.399
Juros e variações monetárias e cambiais		287.523	287.770	309.329	282.272
Equivalência patrimonial		184.860	41.474	288	937
Provisão (reversão) para demandas judiciais e administrativas	14/24	54.626	68.123	111.831	(76.396)
Baixa de impairment		-	-	77.044	-
Baixa de imobilizado, intangível e contratos de aluguéis		1.883	6.655	15.739	17.818
Outras provisões		(17.821)	(1.540)	(18.889)	2.495
		206.911	153.375	320.033	131.631
<i>Variações em ativos e passivos</i>					
Contas a receber de clientes		(503.914)	411.673	(499.415)	440.787
Adiantamentos a fornecedores		(72.280)	218.975	(275.803)	267.737
Fornecedores		76.729	118.432	130.719	92.686
Contratos a embarcar antecipados		(66.113)	(570.823)	(121.207)	(755.000)
Variação em tributos a recuperar/ recolher		(1.903)	9.655	14.400	19.776
Liquidação de instrumentos financeiros		(10.178)	(14.508)	(12.567)	(16.098)
Transações com partes relacionadas		166.793	(101.044)	-	-
Salários e encargos sociais		(52.046)	10.116	(71.982)	9.150
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(585)	(2.360)	(4.713)
Demandas judiciais e administrativas		(25.036)	(23.117)	(36.807)	(32.892)
Variação em outros ativos		(21.183)	(19.583)	155	875
Variação em outros passivos		288	(26.162)	(15.645)	(35.614)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais		(301.932)	166.404	(570.479)	118.325
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</i>					
Ativo imobilizado		(4.176)	(10.953)	(6.517)	(16.171)
Ativo intangível		(55.413)	(160.791)	(82.350)	(223.211)
Adiantamento para futuro aumento de capital		830	-	-	-
Aquisições de controladas e investidas		-	(6.120)	-	(5.401)
Aumento de capital de controladas		(92.980)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(151.739)	(177.864)	(88.867)	(244.783)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>					
Liquidação de empréstimos / debêntures		(191.388)	(100.000)	(191.388)	(100.000)
Aumento de capital com emissão de ações		770.881	378.128	770.881	378.128
Juros pagos (a)		(84.228)	(177.774)	(87.337)	(180.954)
Aquisição de controladas		(14.829)	(41.325)	(14.829)	(51.630)
Pagamento de aluguéis		(10.319)	(11.934)	(15.706)	(16.440)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		470.117	47.095	461.621	29.104
Variação cambial caixa e equivalentes de caixa		(1.159)	(5.376)	(6.990)	(10.940)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos		15.287	30.259	(204.715)	(108.294)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		382.304	352.045	687.545	795.839
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		397.591	382.304	482.830	687.545

(a) Os juros pagos referem-se substancialmente aos custos de obtenção de recursos financeiros e retornos sobre investimentos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Demonstrações do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando apresentado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
1.Receitas	869.946	711.736	1.412.076	1.218.968
Receita bruta de vendas	920.548	750.671	1.470.775	1.267.367
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(50.602)	(38.935)	(58.699)	(48.399)
2.Insumos adquiridos de terceiros	(333.790)	(181.713)	(596.580)	(373.807)
Serviços de terceiros e outros	(193.997)	(181.713)	(456.787)	(373.807)
Custo de Serviços prestados	(139.793)	-	(139.793)	-
Valor adicionado bruto	536.156	530.023	815.496	845.161
3.Depreciação e amortização	(113.881)	(89.489)	(218.496)	(203.180)
4.Valor adicionado líquido produzido pela entidade	422.275	440.534	597.000	641.981
Resultado de equivalência patrimonial	(184.860)	(41.474)	(288)	(937)
Receitas financeiras	54.630	42.038	85.036	80.316
5.Valor adicionado recebido em transferência	(130.230)	564	84.748	79.379
Valor adicionado total a distribuir	292.045	441.098	681.748	721.360
Valor adicionado distribuído	(292.045)	(441.098)	(681.748)	(721.360)
<i>6.Distribuição do valor adicionado</i>				
Pessoal	(299.528)	(367.275)	(477.454)	(566.371)
Remuneração direta	(223.344)	(245.705)	(378.374)	(413.349)
Plano de pagamento baseado em ações	20.797	3.429	20.611	3.725
Benefícios	(48.074)	(66.353)	(62.595)	(82.761)
Encargos sociais	(48.907)	(58.646)	(57.096)	(73.986)
Impostos, taxas e contribuições	(35.549)	(111.190)	(71.109)	(183.736)
Federais	(16.912)	(91.609)	(44.514)	(145.391)
Municipais	(18.637)	(19.581)	(26.595)	(38.345)
Juros e aluguéis	(413.848)	(396.074)	(590.065)	(404.694)
Juros	(272.992)	(291.497)	(303.217)	(321.431)
Taxa de cartão de crédito	(80.773)	(57.065)	(125.199)	(92.602)
Outras	(60.083)	(47.512)	(161.649)	9.339
7. Remuneração de capitais próprios	456.880	433.441	456.880	433.441
Prejuízo do exercício	456.880	433.441	456.880	433.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	18
2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	20
3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES.....	24
4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	26
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	36
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	36
7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES.....	38
8. DESPESAS ANTECIPADAS.....	39
9. INVESTIMENTOS.....	39
10.ATIVO INTANGÍVEL.....	41
11. FORNECEDORES.....	46
13. ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO.....	50
14. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS E PASSIVO CONTINGENTE.....	52
15.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	55
16.CONTAS A PAGAR – AQUISIÇÃO DE CONTROLADA.....	58
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	59
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	67
19. CONTRATOS A EMBARCAR ANTECIPADOS DE PACOTES TURÍSTICOS.....	68
20. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS.....	69
21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	70
22. RESULTADO FINANCEIRO.....	71
23. PREJUÍZO POR AÇÃO.....	72
24. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....	74
25. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA.....	76
26.SEGUROS.....	76
27.SEGMENTO REPORTÁVEIS.....	76



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Notas Explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. (“CVC” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, de capital aberto, com sede na Rua da Catequese, 227, 11º andar, sala 111, CEP: 09080-370, em Santo André, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão sob o código CVCB3.

A CVC e suas controladas (“Grupo”) têm como atividade principal a prestação de serviços de turismo, compreendendo a intermediação, individualmente ou na forma agregada (pacotes turísticos), incluindo passagens aéreas, transporte terrestre, reservas de hotéis, passagens e fretamentos de cruzeiros marítimos, intercâmbio cultural e profissional, entre outros.

A CVC também possui operações nos Estados Unidos através das marcas Trend Travel e VHC Hospitality, na Argentina através das marcas Almundo.com, Avantrip, Biblos, Quiero Viajes e Ola, além de possuir acordos com representantes locais para a prestação de serviços com a marca CVC na Argentina.

Os serviços turísticos intermediados pela CVC são substancialmente oferecidos diretamente aos clientes por meio de prestadores de serviços independentes, de acordo com as premissas da Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/08).

O grupo econômico é formado pela Companhia e as demais empresas controladas abaixo (o Grupo possui participação de 100% em todas as empresas listadas):

Controladas	Tipo	Principal atividade	País-sede	Participação	
				31/12/2023	31/12/2022
Submarino Viagens Ltda.	Direta	Serviços turísticos online	Brasil	100%	100%
<i>Santa Fe Investment Holding B.V.</i>	Indireta	Holding	Holanda	100%	100%
Almundo Brasil Viagens e Tur. Ltda	Indireta	Serviços turísticos <i>online</i>	Brasil	100%	100%
Almundo.com S.R.L.	Indireta	Serviços turísticos <i>online</i>	Argentina	100%	100%
TKT Mas Operadora S.A.	Indireta	Serviços turísticos	México	100%	100%
Advenio S.A.	Indireta	Serviços turísticos	Uruguai	100%	100%
Almundo.com S.A.S.	Indireta	Serviços turísticos <i>online</i>	Colômbia	100%	100%
Visual Turismo Ltda.	Direta	Serviços turísticos	Brasil	100%	-
CVC Portugal (a)	Direta	Serviços turísticos	Portugal	100%	100%
Trend Viagens e Turismo S.A.	Direta	Serviços turísticos e consolidadora de hotéis	Brasil	100%	100%
TC World Viagens Ltda.	Indireta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
<i>Trend Travel LLC.</i>	Indireta	Serviços turísticos	Estados Unidos	100%	100%
VHC Hospitality LLC.	Indireta	Serviços turísticos	Estados Unidos	100%	100%
VHC Brasil	Indireta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
Esferatur Passagens e Turismo S.A.	Direta	Serviços turísticos	Brasil	100%	100%
CVC Turismo S.A.U	Direta	Holding	Argentina	100%	100%
Avantrip.com S.R.L	Indireta	Serviços turísticos <i>online</i>	Argentina	100%	100%
Servicios de Viajes Y Turismo Biblos S.A	Indireta	Serviços turísticos	Argentina	100%	100%
Ola S.A.	Indireta	Serviços turísticos	Argentina	100%	100%

a) Em 31 de maio 2022 o grupo CVC Corp criou a empresa CVC Portugal, que possui como atividade operacional a prestação de serviços de agenciamento de turismo, a empresa ainda não está operando.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Revisão da política de integridade e aprimoramento de controles internos

Na consolidação das demonstrações financeiras da CVC Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia identificou operações envolvendo subsidiárias argentinas em desacordo com seus controles e manuais internos, referentes a restrições comerciais estabelecidas naquele país, dado atual cenário macroeconômico.

A Companhia contou com a assessoria de especialistas externos para apuração independente, tendo o departamento Jurídico & Compliance, assim como o Comitê Estatutário de Auditoria, Riscos e Finanças (“Comitê de Auditoria”), supervisionado todos os trabalhos e suas conclusões. Como desdobramento, a administração implementou um plano de ação de medidas que fortalecerão seus processos e controles internos na CVC Argentina, tais como:

- Revisão e fortalecimento da estrutura organizacional;
- Aprimoramento das diretrizes e controles internos na sua operação;
- Aprimoramento nas alçadas, processos de aprovação e matriz de risco para suas áreas comerciais e de *back office*.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 183.652 na controladora e R\$ 176.907 no consolidado e prejuízos acumulados de R\$ 2.244.748.

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira. Essa avaliação é baseada em um plano de negócios que inclui planos de ação para melhoria contínua da performance da Companhia e controladas, incluindo: crescimento contínuo das operações, melhoria na gestão de capital de giro, que pode incluir antecipação de recebíveis de cartão de crédito com aprovação das adquirentes, e mudança nos termos de recebimento de vendas na modalidade boleto junto às financeiras de bancos.

Como ações dessa avaliação, a Companhia vem constantemente adotando medidas, como revisão de sua política de preços, melhorando sua lucratividade (*take rate*), e redução do ciclo financeiro da Companhia, através de prazos de pagamento médios mais curtos e parcerias com instituições financeiras para oferta de crédito direto aos nossos clientes (Marketplace de crédito). Adicionalmente, a Companhia tem buscado otimizar a eficiência operacional, visando a racionalização dos processos e *rightsizing* das operações.

Conforme demonstrado na nota 17.1, a Companhia realizou em 24 de novembro o aumento de capital decorrente do exercício dos Bônus de Subscrição, no montante de R\$ 226.246, recurso, este, importante para o reforço do capital de giro e gestão de estrutura de capital.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.



2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2024.

2.2 Declaração de relevância

Em conformidade com a OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral e a Resolução CVM nº 152/22, divulgamos todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3.1 Operações no exterior

Para as controladas do exterior que possuem moeda funcional distinta da Controladora, as receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço e os itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

Os Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item, ou seja, diferenças de conversão para itens cujo ganho ou perda de valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício, respectivamente.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

O quadro abaixo descreve as controladas e suas respectivas moedas funcionais. A definição da moeda funcional foi feita com base nas orientações do CPC 02 (R2) / IAS 2. Concluiu-se que o dólar norte americano é a moeda do ambiente econômico no qual essas controladas operam.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Entende-se por “ambiente econômico principal” aquele onde uma entidade gera caixa pela condução de suas atividades e o consome mediante pagamentos de custos e despesas relacionados a essas atividades. Considerando que o dólar norte americano é base não somente da formação de preços de vendas e negociação com os clientes das empresas, mas também dos principais custos necessários às suas operações, entendeu-se que está moeda é a que melhor reflete as operações das controladas da Companhia naquele país.

Não houve alteração na moeda funcional da Companhia nem de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Controladas	Principal atividade	País-sede	Moeda funcional
CVC Brasil CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.	Serviços turísticos	Brasil	Real
Submarino Viagens Ltda.	Serviços turísticos online	Brasil	Real
<i>Santa Fe Investment Holding B.V.</i>	Holding	Holanda	Dólar
Almundo Brasil Viagens e Tur. Ltda	Serviços turísticos <i>online</i>	Brasil	Dólar
Almundo.com S.R.L.	Serviços turísticos <i>online</i>	Argentina	Dólar
TKT Mas Operadora S.A.	Serviços turísticos	México	Dólar
Advenio S.A.	Serviços turísticos	Uruguai	Dólar
Almundo.com S.A.S.	Serviços turísticos <i>online</i>	Colômbia	Dólar
CVC Portugal	Serviços turísticos	Portugal	Real
Visual Turismo Ltda.	Serviços turísticos	Brasil	Real
Trend Viagens e Turismo S.A.	Serviços turísticos e consolidadora de hotéis	Brasil	Real
TC World Viagens Ltda.	Serviços turísticos	Brasil	Real
<i>Trend Travel LLC.</i>	Serviços turísticos	Estados Unidos	Dólar
VHC Hospitality LLC.	Serviços turísticos	Estados Unidos	Dólar
VHC Brasil	Serviços turísticos	Brasil	Real
Esferatur Passagens e Turismo S.A.	Serviços turísticos	Brasil	Real
CVC Turismo S.A.U	Holding	Argentina	Dólar
Avantrip.com S.R.L	Serviços turísticos <i>online</i>	Argentina	Dólar
Servicios de Viajes Y Turismo Biblos S.A.	Serviços turísticos	Argentina	Dólar
Ola S.A.	Serviços turísticos	Argentina	Dólar

2.3.2 Transações em moeda estrangeira

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para as respectivas moedas funcionais das sociedades do Grupo, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 9 – consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa 13 - prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.
- Nota explicativa 14 – Provisões para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente, julgamento se o desembolso de caixa é remoto, possível ou provável.
- Nota explicativa 20 – reconhecimento de receita: designação do Grupo como agente ou principal;

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 4.3 – Valor justo de ativos e passivos financeiros – determinação do valor justo de ativos classificados como nível 3 (veja nota 2.5).
- Nota explicativa 6 – Ajuste ao valor recuperável de recebíveis.
- Nota explicativa 10 – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos demais ativos intangíveis.
- Nota explicativa 14 – Provisões para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa 15 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa 17.2 – Pagamento baseado em ações - premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações.

2.5 Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros, como, por exemplo, derivativos e ativos não financeiros, a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preço);
- Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a classificação (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

3. Novas normas e interpretações

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, e na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras do Grupo.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao *IAS 12 Income Tax* (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

3.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

4. Gestão de risco financeiro

Política contábil:

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado a custo amortizado; VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; VJH – Valor justo hedge *accounting* ou VJR (valor justo por meio do resultado).

A classificação dos ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

(i) Ativos financeiros mensurados a VJR: Após o reconhecimento inicial, esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

(ii) Ativos financeiros a custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado são compostos principalmente pelo contas a receber de clientes.

O Grupo utiliza a abordagem simplificada para fins mensuração da provisão para perdas esperadas de crédito. O Grupo presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e o passageiro já tenha embarcado.

O exercício máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração de perda de crédito esperadas no Grupo

A provisão para perdas esperadas (*impairment*), é constituída considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento.

A Companhia estima a provisão para perda de crédito esperada considerando: (i) o histórico de realização da carteira; e (ii) a performance de recuperação dos recebíveis até 180 dias após o vencimento.

Apresentação de impairment

Provisão para perdas de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas no resultado em perdas estimadas por valor recuperável de recebíveis

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Caso sejam identificados derivativos embutidos, estes são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

O Grupo não realiza designação dos seus derivativos para contabilidade de hedge.



4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros:

a) Risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros): é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros.

b) Risco de crédito: é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

c) Risco de liquidez: é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

4.1.1 Risco de mercado

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela área financeira do Grupo.

4.1.1.1 Risco cambial

A exposição do Grupo ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável às contas correntes, contas a pagar, e surge derivado de variações nas taxas de câmbio (principalmente dólar norte-americano (USD) e Euro (EUR)) frente ao Real. O risco cambial pode impactar significativamente a receita futura do Grupo, já que as vendas antecipadas de pacotes turísticos e intercâmbio cultural incluem provisões para futuros pagamentos a fornecedores internacionais terrestres (hotéis, receptivos e instituições de ensino), assim como a crescente expansão das operações do Grupo na Argentina.

A política de gestão de risco cambial do Grupo é fazer *hedge* de até 100% de sua exposição esperada em moeda estrangeira para os próximos doze meses a qualquer momento. O Grupo utiliza contratos de compra de moeda estrangeira e contratos de derivativo do tipo NDF (*non-deliverable forward*) e swaps cambiais para proteger seu risco cambial, a maioria com vencimento de menos de um ano da data do balanço.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Derivativo	Notas	Posição	Consolidado			
			31/12/2023		31/12/2022	
			Valor de referência (notional)	Valor justo	Valor de referência (notional)	Valor justo
Contrato a Termo NDF	4.4	USD	102.963	(1.687)	64.676	(1.269)
Contrato a Termo NDF	4.4	EUR	45.548	(901)	52.241	539
Contrato a Termo NDF	4.4	GBP	10.765	(293)	9.696	96
Contrato a Termo NDF	4.4	CAD	17.373	(256)	11.019	(280)
Contrato a Termo NDF	4.4	AUD	3.570	3	1.814	1
				(3.134)		(913)
Total ativo circulante				40		1.097
Total passivo circulante				(3.174)		(2.010)

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas contas correntes em moeda estrangeira e equivalentes de caixa as quais o Grupo estava exposto na data base de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foi obtida a projeção de moeda estrangeira para cada uma das transações analisadas, sendo realizado análise de sensibilidade de baixa e alta nas taxas de câmbio com três cenários percentuais, sendo eles: provável 5% (cenário 1); 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Consideradas as taxas de stress, os saldos contábeis projetados seriam:

Operações	Taxa	31/12/2023						
		Baixa			Alta			
		5%	25%	50%	5%	25%	50%	
Conta corrente em moeda estrangeira - USD	4,84	23.352	(1.168)	(5.838)	(11.676)	1.168	5.838	11.676
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR	5,35	7.511	(376)	(1.878)	(3.756)	376	1.878	3.756
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	6,16	1.285	(64)	(321)	(641)	64	321	641
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	3,65	503	(25)	(126)	(251)	25	126	251
Conta corrente em moeda estrangeira - AUD	3,29	166	(8)	(42)	(83)	8	42	83
Conta corrente em moeda estrangeira - CHF	5,78	422	(21)	(105)	(211)	21	105	211
Conta corrente em moeda estrangeira - ARS	0,01	1.527	(76)	(382)	(764)	76	382	764
Conta corrente em moeda estrangeira - UYU	0,12	2.187	(109)	(547)	(1.093)	109	547	1.093
Conta corrente em moeda estrangeira - COP	0,00	154	(8)	(39)	(77)	8	39	77
Conta corrente em moeda estrangeira - MXN	0,29	103	(5)	(26)	(52)	5	26	52
Contrato a Termo NDF	4,84	102.963	(5.148)	(25.741)	(51.481)	5.148	25.741	51.481
Contrato a Termo NDF	5,35	45.548	(2.277)	(11.387)	(22.774)	2.277	11.387	22.774
Contrato a Termo NDF	3,65	3.570	(179)	(893)	(1.785)	179	893	1.785
Contrato a Termo NDF	6,16	10.765	(538)	(2.691)	(5.383)	538	2.691	5.383
Contrato a Termo NDF	3,29	17.373	(869)	(4.343)	(8.686)	869	4.343	8.686

Operações	Taxa	31/12/2022									
		Baixa			Alta						
		5%	25%	50%	5%	25%	50%	5%	25%	50%	
Conta corrente em moeda estrangeira - USD	5,22	28.258	(1.413)	(7.064)	(14.129)	1.413	7.064	14.129			
Conta corrente em moeda estrangeira - EUR	5,57	8.415	(421)	(2.104)	(4.207)	421	2.104	4.207			
Conta corrente em moeda estrangeira - GBP	6,28	2.031	(102)	(508)	(1.015)	102	508	1.015			
Conta corrente em moeda estrangeira - CAD	3,85	1.510	(76)	(378)	(755)	76	378	755			
Conta corrente em moeda estrangeira - AUD	3,54	530	(26)	(132)	(265)	26	132	265			
Conta corrente em moeda estrangeira - CHF	5,65	586	(29)	(147)	(293)	29	147	293			
Conta corrente em moeda estrangeira - ARS	0,03	89.393	(4.470)	(22.348)	(44.697)	4.470	22.348	44.697			
Conta corrente em moeda estrangeira - UYU	0,13	29	(1)	(7)	(14)	1	7	14			
Conta corrente em moeda estrangeira - COP	0,00	234	(12)	(59)	(117)	12	59	117			
Conta corrente em moeda estrangeira - MXN	0,27	135	(7)	(34)	(67)	7	34	67			
Conta corrente em moeda estrangeira - NZD	3,31	44	(2)	(11)	(22)	2	11	22			
Conta corrente em moeda estrangeira - ZAR	0,31	-	-	-	-	-	-	-			
Contrato a Termo NDF	5,22	64.676	(3.234)	(16.169)	(32.338)	3.234	16.169	32.338			
Contrato a Termo NDF	5,57	52.241	(2.612)	(13.060)	(26.120)	2.612	13.060	26.120			
Contrato a Termo NDF	3,85	11.019	(551)	(2.755)	(5.510)	551	2.755	5.510			
Contrato a Termo NDF	6,28	9.696	(485)	(2.424)	(4.848)	485	2.424	4.848			
Contrato a Termo NDF	3,54	1.814	(91)	(453)	(907)	91	453	907			

4.1.1.2 Riscos de fluxo de caixa ou valor justo associado com risco de taxas de juros

A exposição do Grupo ao risco de variação nas taxas de juros do mercado é aplicável principalmente ao grupo de equivalentes de caixa, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, atualizados com base no CDI, o que pode afetar o resultado e os fluxos de caixa.

O Grupo gerencia esse risco através de projeções de caixa recorrentes, bem como projeções de resultado considerando projeções do CDI (conforme relatório FOCUS do BACEN) para avaliar eventuais necessidades de caixa futura e/ou contratar algum instrumento derivativo de proteção.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos equivalentes de caixa e debêntures, as quais o Grupo estava exposto na data base de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), foi obtida a projeção de moeda estrangeira e CDI (11,65% em 31 de dezembro de 2023 e 13,65% em 31 de dezembro de 2022) para cada uma das transações analisadas, sendo realizado análise de sensibilidade de baixa e alta nas taxas de câmbio com três cenários percentuais, sendo eles: provável 5% (cenário 1); 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Consideradas as taxas de stress, os saldos contábeis projetados seriam:

Operações	31/12/2023						31/12/2022							
	Baixa			Alta			Baixa			Alta				
	5%	25%	50%	5%	25%	50%	5%	25%	50%	5%	25%	50%		
Equivalentes de Caixa *	436.349	(2.542)	(12.709)	(25.417)	2.542	12.709	25.417	542.483	(3.702)	(18.512)	(37.024)	3.702	18.512	37.024
Aplicações financeiras	130.520	(760)	(3.801)	(7.603)	760	3.801	7.603	127.363	(869)	(4.346)	(8.693)	869	4.346	8.693
Debêntures	(790.011)	4.602	23.009	46.018	(4.602)	(23.009)	(46.018)	(896.685)	6.120	30.599	61.199	(6.120)	(30.599)	(61.199)

* Inclui somente os saldos de equivalente de caixa em moeda local Reais (R\$)

4.1.1.3 Riscos associados a antecipações a fornecedores

Como parte dos negócios de intermediação de turismo, os pagamentos às companhias aéreas pela aquisição dos bilhetes e pagamentos por reservas de quartos em determinadas redes de hotéis no Brasil e no exterior, são realizados de forma antecipada ao efetivo embarque do cliente, de forma a garantir a disponibilidade, preços ofertados e condições especiais às reservas vendidas aos nossos clientes.

Desta forma, o Grupo possui a exposição ao risco de crédito e liquidez dessas companhias aéreas e redes de hotéis, onde, na impossibilidade de algum desses fornecedores não cumprir com as obrigações junto aos clientes, poderá trazer a perda integral dos valores antecipados, bem como acarretar o desembolso adicional para reacomodação dos clientes em outras companhias aéreas e redes de hotéis. Para monitorar este risco, o Grupo avalia a solvência de seus principais fornecedores e atua de forma proativa na redução desta exposição via renegociação de seus contratos e datas de prestação dos serviços.

4.1.2 Risco de crédito

O Grupo está exposto principalmente ao risco de crédito referente a caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a receber, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber de partes relacionadas. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: o Grupo restringe os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e analisa as classificações de crédito das instituições financeiras com as quais aplica os saldos de caixas e equivalentes de caixa.

(ii) Contas a receber de clientes e outras contas a receber: O Grupo minimiza seu risco através da diversificação de seu contas a receber de clientes promovendo a realização de vendas no cartão de crédito e vendas de recebíveis a prazo com instituições financeiras mediante pagamento de uma taxa de desconto, além da aplicação de uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes.

Adicionalmente, o Grupo promove vendas através de financiamento próprio (carteira própria), limitado a 80% do valor da venda, onde são avaliados score de *bureaus* de crédito, bem como histórico interno de inadimplência para definição da concessão ou não do crédito. No caso de inadimplência, o Grupo pode cancelar a venda até o momento do embarque, neutralizando eventual risco de perda. O quadro a seguir demonstra a exposição máxima de risco de crédito:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	482.830	687.545
Aplicações financeiras	130.520	127.363
Instrumentos financeiros derivativos	40	1.097
Contas a receber de clientes	842.635	515.456
Outras contas a receber	51.575	72.156
Total	1.507.600	1.403.617

4.1.3 Risco de liquidez

A tesouraria do Grupo monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2023

	Consolidado			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Total	Saldo contábil
Debêntures	278.147	799.490	1.077.637	790.011
Instrumentos financeiros derivativos	3.174	-	3.174	3.174
Fornecedores	867.919	-	867.919	867.919
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	19.523	104.849	124.372	107.092
Passivo de arrendamento	26.603	41.320	67.923	68.541
Outras contas a pagar	49.251	2.656	51.907	55.794
Total	1.244.617	948.315	2.192.932	1.892.531

31 de dezembro de 2022

	Consolidado			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Total	Saldo contábil
Debêntures	764.255	242.240	1.006.495	896.685
Instrumentos financeiros derivativos	2.010	-	2.010	2.010
Fornecedores	753.408	-	753.408	753.408
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida	22.939	117.508	140.447	112.958
Passivo de arrendamento	22.559	49.128	71.687	60.307
Outras contas a pagar	60.766	10.207	70.973	73.718
Total	1.625.937	419.083	2.045.020	1.899.086

4.2 Gestão de capital

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo poderá rever a política de antecipação de recebíveis, pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A gestão de capital não é administrada ao nível da Controladora, mas em nível Consolidado, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	790.011	896.685
Contas a pagar - aquisição de controlada		
Submarino Viagens	86.616	76.696
Viatrix Viagens e Turismo (a)	4.385	3.879
Esferatur	16.091	32.383
(=) Dívida bruta	897.103	1.009.643
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(482.830)	(687.545)
(=) Dívida líquida	414.273	322.098

a) Empresa incorporada à CVC Brasil.

4.3 Hierarquia e classificação de valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação por nível e classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Nível	Classificação	Controladora			
			Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	1	VJR	108.734	118.845	108.734	118.845
Instrumento financeiro derivativo	2	VJR	36	1.047	36	1.047
Contas a receber de clientes	2	Custo amortizado	631.815	277.758	631.815	277.758
Contas a receber - partes relacionadas	2	Custo amortizado	126.307	271.406	126.307	271.406
Outras contas a receber	2	Custo amortizado	31.452	15.327	31.452	15.327
Total dos ativos financeiros			898.344	684.383	898.344	684.383
Passivos financeiros						
Debêntures		Custo amortizado	790.011	896.685	825.112	905.822
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	2.339	1.614	2.339	1.614
Fornecedores	2	Custo amortizado	510.542	433.813	510.542	433.813
Contas a pagar - partes relacionadas	2	Custo amortizado	96.139	75.178	96.139	75.178
Contas a pagar aquisição de controlada e investida	2	Custo amortizado	107.092	112.958	107.092	112.958
Passivo de arrendamento	2	Custo amortizado	48.902	35.261	48.902	35.261
Outras contas a pagar	2	Custo amortizado	31.237	33.335	31.237	33.335
Total dos passivos financeiros			1.586.262	1.588.844	1.621.363	1.597.981
			Consolidado			
	Nível	Classificação	Valor contábil		Valor justo	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	1	VJR	130.520	127.363	130.520	127.363
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	40	1.097	40	1.097
Contas a receber de clientes	2	Custo amortizado	842.635	515.456	842.635	515.456
Outras contas a receber	2	Custo amortizado	51.575	72.156	51.575	72.156
Total dos ativos financeiros			1.024.770	716.072	1.024.770	716.072
Passivos financeiros						
Debêntures	2	Custo amortizado	790.011	896.685	825.112	905.822
Instrumentos financeiros derivativos	2	VJR	3.174	2.010	3.174	2.010
Fornecedores	2	Custo amortizado	867.919	753.408	867.919	753.408
Contas a pagar aquisição de controlada e investida	2	Custo amortizado	107.092	112.958	107.092	112.958
Passivo de arrendamento	2	Custo amortizado	68.541	60.307	68.541	60.307
Outras contas a pagar	2	Custo amortizado	51.907	70.973	51.907	70.973
Total dos passivos financeiros			1.888.644	1.896.341	1.923.745	1.905.478

O Grupo avaliou que os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido à natureza e aos vencimentos de curto prazo dos instrumentos em questão.

Para a mensuração e determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros, o Grupo utiliza as seguintes premissas:

- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pelo Grupo com base em parâmetros, tais como: taxa de juros e credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo, os quais são estimados através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis (taxas pré e pós-fixadas).

- O valor justo de instrumentos para os quais não há mercado ativo, tais como empréstimos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas e pela aquisição de controladas, são estimados através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas em prazos semelhantes e remanescentes.

4.4 Instrumentos financeiros e derivativos

Em virtude das incertezas do prazo de liquidação dos instrumentos financeiros que são objeto de hedge, não designamos os instrumentos para *hedge accounting*. Os ganhos e perdas no valor justo dos instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado do exercício.

Abaixo demonstramos as posições em aberto, consolidadas por data de vencimento, dos contratos a termo (*non-deliverable forward* - NDF) utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

31/12/2023							
Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Moeda	Valor de referência	Valor justo
Termo	Comprado	NDF	De 01/12/22 a 31/12/2023	De 01/01/24 a 31/12/2024	USD	102.963	(1.687)
Termo	Comprado	NDF	De 01/12/22 a 31/12/2023	De 01/01/24 a 31/12/2024	EUR	45.548	(901)
Termo	Comprado	NDF	De 01/12/22 a 31/12/2023	De 01/01/24 a 31/12/2024	GBP	10.765	(293)
Termo	Comprado	NDF	De 01/12/22 a 31/12/2023	De 01/01/24 a 31/12/2024	CAD	17.373	(256)
Termo	Comprado	NDF	De 01/12/22 a 31/12/2023	De 01/01/24 a 31/12/2024	AUD	3.570	3
Total						180.219	(3.134)
Total ativo circulante							40
Total passivo circulante							(3.174)

31/12/2022							
Derivativo	Posição	Contrato	Data da contratação	Data de vencimento	Moeda	Valor de referência	Valor justo
Termo	Comprado	NDF	De 01/01/22 a 31/12/2022	De 01/01/23 a 31/12/2023	USD	64.676	(1.269)
Termo	Comprado	NDF	De 01/01/22 a 31/12/2022	De 01/01/23 a 31/12/2023	EUR	52.241	539
Termo	Comprado	NDF	De 01/01/22 a 31/12/2022	De 01/01/23 a 31/12/2023	GBP	9.696	96
Termo	Comprado	NDF	De 01/01/22 a 31/12/2022	De 01/01/23 a 31/12/2023	CAD	11.019	(280)
Termo	Comprado	NDF	De 01/01/22 a 31/12/2022	De 01/01/23 a 31/12/2023	AUD	1.814	1
Total						139.446	(913)
Total ativo circulante							1.097
Total passivo circulante							(2.010)

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira são convertidos para reais utilizando a taxa de câmbio na data do encerramento do exercício.

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Equivalentes de caixa	376.090	361.388	436.349	542.483
Caixa e contas bancárias em moeda local	5.637	5.548	9.271	13.897
Conta corrente em moeda estrangeira – USD	9.508	5.417	23.352	28.258
Conta corrente em moeda estrangeira – EUR	4.644	5.756	7.511	8.415
Conta corrente em moeda estrangeira – ARS	-	-	1.527	89.393
Conta corrente em outras moedas estrangeiras	1.712	4.195	4.820	5.099
Total de caixa e equivalentes de caixa	397.591	382.304	482.830	687.545

Os equivalentes de caixa estão representados por aplicações financeiras que possuem liquidez imediata com baixo risco de mudança de valor e referem-se a investimentos em CDBs e operações compromissadas de renda fixa, remunerados a taxa do certificado de depósito interbancário – CDI que em 31 de dezembro de 2023 apresentou uma taxa média de remuneração anual de 11,65% (13,65% em 31 de dezembro de 2022).

Os investimentos em CDBs e operações de renda fixa que não possuem liquidez imediata são apresentados na rubrica de aplicações financeiras e são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

5.2 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	108.734	118.845	130.520	127.363

As aplicações financeiras apresentadas acima, são dadas como garantias as operações com o IATA (Associação Internacional de Transportes Aéreos).

6. Contas a receber de clientes

Política contábil:

O contas a receber de cliente são representados pelos recebíveis das vendas aos nossos clientes e são classificados como ativos financeiros mensurados a custo amortizado e são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável).



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

As estimativas de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber são constituídas com base no modelo de abordagem simplificada apresentada no CPC 48 / IFRS 9. O Grupo tem como base a mensuração da perda esperada, mediante o acompanhamento do comportamento da carteira entre eficiência operacional, tanto na recuperação do crédito quanto na concessão do mesmo, levando em consideração a probabilidade e exposição à inadimplência e perda efetiva em cada faixa de atraso durante todo o prazo das operações.

O saldo de contas a receber de clientes é apresentado abaixo:

	Controladora					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
Proveniente de vendas por meio de:						
Administradoras de cartões de crédito (a)	367.569	-	367.569	4.714	-	4.714
Contas a receber de títulos (b)	1.598	-	1.598	55.972	-	55.972
Financiamento próprio – Clientes (c)	244.714	(82.803)	161.911	163.595	(77.744)	85.851
Financiamento próprio - Agências e franquias (c)	99.205	(86.228)	12.977	116.847	(68.417)	48.430
Reembolso cia aérea (d)	38.701	-	38.701	54.758	-	54.758
Outros	93.784	(44.725)	49.059	48.258	(20.225)	28.033
	845.571	(213.756)	631.815	444.144	(166.386)	277.758

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
Proveniente de vendas por meio de:						
Administradoras de cartões de crédito (a)	421.233	-	421.233	23.410	(655)	22.755
Contas a receber de títulos (b)	87.380	-	87.380	59.502	-	59.502
Financiamento próprio – Clientes (c)	314.280	(102.574)	211.706	355.029	(100.403)	254.626
Financiamento próprio - Agências e franquias (c)	103.270	(90.006)	13.264	125.017	(71.210)	53.807
Reembolso cia aérea (d)	41.534	-	41.534	56.969	-	56.969
Outros	123.099	(55.581)	67.518	97.766	(29.969)	67.797
	1.090.796	(248.161)	842.635	717.693	(202.237)	515.456

(a) Vendas a prazo com cartões de crédito são recebidas em parcelas que não ultrapassam um ano. Tais parcelas não são sujeitas a taxas de juros explícitas, sendo o risco de crédito assumido pelas operadoras de cartões de crédito.

(b) Contas a receber de títulos refere-se a recebíveis a prazo de instituições financeiras que estruturam e negociam serviços financeiros aos clientes do Grupo. Os riscos e benefícios financeiros destas transações são transferidos parcialmente para as instituições financeiras no momento da venda, e recebíveis em faturas de parceiros que mantém operações com o grupo.

(c) Contas a receber por financiamento próprio correspondem às vendas através de financiamento interno disponibilizado aos clientes. A perda nessa modalidade de financiamento é assumido pela Companhia, uma vez que os riscos não são transferidos e as perdas esperadas são reconhecidas na demonstração do resultado, apenas para os casos em que a prestação do serviço não possa mais ser cancelada, na rubrica "perda por redução ao valor recuperável de contas a receber. (As políticas de gerenciamento de risco de crédito são descritas na nota 4.1.2)

(d) Reembolsos de companhias aéreas correspondem a reembolsos pagos, referentes a solicitações realizadas por clientes.

O aging do saldo de contas a receber de clientes é apresentado conforme abaixo:

	Controladora					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
A vencer	577.592	(5.240)	572.352	223.635	(2.480)	221.155
Títulos vencidos:						
Vencido até 30 dias	63.077	(6.666)	56.411	25.285	(7.199)	18.086
Vencido a até 360 dias	56.216	(53.164)	3.052	82.071	(43.554)	38.517
Vencido a mais de 360 dias	148.686	(148.686)	-	113.153	(113.153)	-
Total	845.571	(213.756)	631.815	444.144	(166.386)	277.758



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Valor a receber	PCLD	Líquido	Valor a receber	PCLD	Líquido
A vencer	766.805	(2.772)	764.033	402.681	(549)	402.132
Títulos vencidos:						
Vencido até 30 dias	77.668	(6.707)	70.961	80.717	(7.393)	73.324
Vencido a até 360 dias	73.198	(65.557)	7.641	99.680	(59.680)	40.000
Vencido a mais de 360 dias	173.125	(173.125)	-	134.615	(134.615)	-
Total	1.090.796	(248.161)	842.635	717.693	(202.237)	515.456

A movimentação da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber é apresentada conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2022	(133.276)	(172.870)
Adições e reversões	(38.935)	(48.399)
Perdas efetivadas	5.825	14.516
Variação cambial de conversão	-	4.516
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(166.386)	(202.237)
Adições e reversões	(50.602)	(58.699)
Perdas efetivadas	3.232	9.094
Variação cambial de conversão	-	3.681
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(213.756)	(248.161)

O Grupo fez antecipações de recebíveis de cartão de crédito que faziam parte de seu saldo de contas a receber durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Como os riscos associados a esses recebíveis foram transferidos às instituições financeiras o saldo desses recebíveis foram baixados.

O montante desses valores na data-base 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 706.607 (R\$ 888.056 em 31 de dezembro de 2022) na controladora e R\$ 813.456 (R\$ 1.012.439 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado. Os encargos financeiros sobre essas transações são registrados na rubrica de despesas financeiras e é descrito na nota 22.

7. Adiantamentos a fornecedores

Os adiantamentos a fornecedores estão representados por pagamentos às companhias aéreas pela aquisição de bilhetes aéreos e pelos pagamentos antecipados a grandes redes hoteleiras, em sua maioria internacionais, de forma a garantir a disponibilidade e preços ofertados às reservas vendidas aos nossos clientes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Companhias aéreas (a)	370.966	300.361	383.002	351.869
Hotéis no Brasil e no exterior	17.823	16.349	179.210	25.174
Outros (b)	57.788	57.587	149.852	68.077
Total	446.577	374.297	712.064	445.120

(a) Pagamentos às companhias aéreas referentes aos bilhetes já vendidos e ainda não utilizados, sendo o saldo majoritariamente concentrado em companhias aéreas nacionais.

A Companhia reconheceu a baixa de R\$ 15.379 na controladora e R\$ 21.579 no consolidado, referente à antecipações feitas a fornecedores cujas reservas foram canceladas e o crédito ao passageiro expirou, veja maiores detalhes na nota 21.

(b) Outras antecipações referem-se, em sua grande maioria escolas (intercâmbio cultural e profissional) e parques de diversões.

8. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de administração de cartões de crédito/boletos (a)	16.934	17.658	18.969	20.191
Seguros	20.640	28.292	21.360	29.750
Adiantamento a funcionários	1.623	2.701	1.623	2.780
Licença de software	8.321	8.697	8.321	8.697
Outros	1.505	9	2.979	1.835
	49.023	57.357	53.252	63.253
Circulante	40.163	33.806	44.318	39.628
Não circulante	8.860	23.551	8.934	23.625

(a) Referem-se à porcentagem de vendas com base nos acordos firmados entre a Companhia e as instituições de cartões de crédito como custos de vendas feitas nessa modalidade, e serão apropriadas ao resultado quando do efetivo embarque dos passageiros.

9. Investimentos

Política contábil:

Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Ágio	231.248	308.292
Investimento	163.758	155.541
Intangíveis alocados do preço de compra	150.077	177.830
Total	545.083	641.663
Investimentos	554.303	667.375
Provisão para perdas em investimento	(9.220)	(25.712)
	545.083	641.663



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

As movimentações nos investimentos podem ser resumidas como segue:

	Submarino Viagens	Visual Turismo	Trend Viagens	CVC Turismo S.A.U	Esferatur	Wetrek Technologies LLC (a)	CVC Portugal	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2022	250.653	53.092	177.479	(19.316)	217.743	-	-	679.651
Ágio	-	-	-	-	-	4.175	-	4.175
Despesas com pagamentos baseados em ações	(75)	(53)	3	-	(251)	-	-	(376)
Equivalência patrimonial do exercício	30.754	(33.088)	(9.298)	(8.061)	(20.844)	(937)	-	(41.474)
Efeito reflexo no resultado abrangente	(4.713)	-	1.460	1.665	-	(9)	-	(1.597)
Aquisição de participação societária	-	-	-	-	-	1.257	-	1.257
Aumento de capital em controlada	-	-	-	-	-	-	27	27
Incorporação (b)	-	(19.951)	19.951	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	276.619	-	189.595	(25.712)	196.648	4.486	27	641.663
Despesas com pagamentos baseados em ações	97	-	17	-	11	-	-	125
Equivalência patrimonial do exercício	(92.162)	-	(80.307)	15.280	(27.381)	(288)	(2)	(184.860)
Efeito reflexo no resultado abrangente	(5.369)	-	(1.032)	1.212	357	7	-	(4.825)
Aumento de capital em controlada	-	-	88.380	-	4.600	-	-	92.980
Saldo em 31 de dezembro de 2023	179.185	-	196.653	(9.220)	174.235	4.205	25	545.083

(a) Em 18 de janeiro de 2022 foi realizada aquisição da participação societária de 25% da Wetrek Technologies, sendo pago o valor de R\$ 5.432. A empresa possui como atividade operacional áudio experience, disparados por geolocalização, sendo uma das pioneiras do segmento a trazer sugestões de passeios ao localizar onde a pessoa está via GPS. Como o grupo não detém o controle da empresa, esse investimento é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. O valor em 31 de dezembro de 2023 na controladora e no consolidado é de R\$ 4.205.

(b) Em 30 de novembro de 2022 foi realizada a incorporação da Visual Turismo Ltda. pela Trend Viagens e Turismo S.A.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Abaixo seguem informações das controladas diretas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022:

	31/12/2023					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (b)	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício (a)	% Part.
Submarino Viagens (Consolidado)	440.960	280.808	160.152	280.946	(12.302)	100%
Trend Viagens S.A. (Consolidado)	277.271	257.128	20.143	128.328	(61.301)	100%
CVC Turismo S.A.U (Consolidado)	306.074	315.294	(9.220)	104.572	15.281	100%
Esferatur	10.726	22.272	(11.546)	19.019	(21.447)	100%
CVC Portugal	27	2	25	-	(2)	100%

	31/12/2022					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (b)	Receita líquida	Prejuízo do exercício (a)	% Part.
Submarino Viagens (Consolidado)	623.672	445.944	177.728	238.065	31.299	100%
Visual Turismo (c)	-	-	-	4.064	(30.221)	100%
Trend Viagens S.A. (Consolidado)	312.269	318.188	(5.919)	119.108	(76.473)	100%
CVC Turismo S.A.U (Consolidado)	236.934	262.647	(25.713)	106.695	(8.060)	100%
Esferatur	47.630	42.698	4.932	28.817	(17.145)	100%
CVC Portugal	29	2	27	-	-	100%

(a) Inclui os valores da amortização dos ativos intangíveis da alocação do preço de compra, líquido dos efeitos tributários.

(b) Inclui os valores dos ativos intangíveis da alocação do preço de compra, líquido dos efeitos tributários.

(c) Reflete o resultado de onze meses da Visual, tendo em vista a incorporação da entidade com data-base 30 de novembro de 2022.

10. Ativo intangível

Política contábil:

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Software e website

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Contrato de exclusividade

O contrato de exclusividade (pagamento pela conversão em franquias) refere-se aos valores pagos aos franqueados (terceiros) com o objetivo de garantir o direito de exclusividade em firmar contrato de franquia com as marcas CVC e Experimento.



Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (*multi-period excess earnings method*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquido das eliminações das obrigações de contribuições implicadas em sua geração.

Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada. O objetivo desta análise é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes.

Marcas

O valor justo das marcas foi calculado considerando o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os *royalties* que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar *royalties* por sua utilização. A economia de *royalties* foi determinada aplicando-se uma taxa de *royalties* de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de *royalties* de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas.

Vida útil

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear com base nas seguintes vidas úteis médias:

	<u>Anos</u>
Software e <i>website</i>	4-7
Contrato de exclusividade	10
Carteira de clientes	6-7
Marca	18-19
Acordo de não competição	4
Ágio	Indefinida

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

10.1 Composição dos saldos

A composição e movimentação do ativo intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

	Controladora						Total do intangível
	Software e website	Contrato de exclusividade	Ágio	Carteira de clientes	Marca	Acordo de não competição	
Saldo em 01 de janeiro de 2022	203.657	2.502	146.913	60.531	3.845	-	417.448
<i>Custo</i>							
01 de janeiro de 2022	471.913	16.877	146.913	116.170	4.699	1.222	757.794
Adições	160.791	-	-	-	-	-	160.791
Transferência	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(93)	-	-	-	-	-	(93)
31 de dezembro de 2022	632.611	16.877	146.913	116.170	4.699	1.222	918.492
<i>Amortização acumulada</i>							
01 de janeiro de 2022	(268.256)	(14.375)	-	(55.639)	(854)	(1.222)	(340.346)
Amortização	(53.556)	(1.446)	-	(16.328)	(256)	-	(71.586)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2022	(321.812)	(15.821)	-	(71.967)	(1.110)	(1.222)	(411.932)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	310.799	1.056	146.913	44.203	3.589	-	506.560
<i>Custo</i>							
01 de janeiro de 2023	632.611	16.877	146.913	116.170	4.699	1.222	918.492
Adições	55.413	-	-	-	-	-	55.413
31 de dezembro de 2023	688.024	16.877	146.913	116.170	4.699	1.222	973.905
<i>Amortização acumulada</i>							
01 de janeiro de 2023	(321.812)	(15.821)	-	(71.967)	(1.110)	(1.222)	(411.932)
Amortização	(78.416)	(199)	-	(16.328)	(256)	-	(95.199)
31 de dezembro de 2023	(400.228)	(16.020)	-	(88.295)	(1.366)	(1.222)	(507.131)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	287.796	857	146.913	27.875	3.333	-	466.774



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

	Consolidado							Total do intangível
	Software e website	Contrato de exclusividade	Ágio	Carteira de clientes	Marca	Acordo de não competição	Outros	
Saldo em 01 de janeiro de 2022	422.212	2.436	381.834	225.982	73.640	-	2.015	1.108.119
<i>Custo</i>								
01 de janeiro de 2022	955.143	16.877	381.834	451.252	111.933	10.634	6.488	1.934.161
Adições	214.230	-	-	-	4.682	-	4.299	223.211
Baixas	(98.179)	-	-	-	(51)	-	(971)	(99.201)
Transferências para o ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	567	567
Variação cambial conversão	(47.700)	-	-	(1.383)	8.011	-	(363)	(41.435)
31 de dezembro de 2022	1.023.494	16.877	381.834	449.869	124.575	10.634	10.020	2.017.303
<i>Amortização acumulada</i>								
01 de janeiro de 2022	(532.931)	(14.441)	-	(225.270)	(38.293)	(10.634)	(4.473)	(826.042)
Amortização	(115.725)	(1.446)	-	(46.677)	(10.087)	-	(659)	(174.594)
Baixas	88.780	-	-	-	-	-	157	88.937
Variação cambial de conversão	29.156	-	-	(27)	(4.598)	-	298	24.829
31 de dezembro de 2022	(530.720)	(15.887)	-	(271.974)	(52.978)	(10.634)	(4.677)	(886.870)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	492.774	990	381.834	177.895	71.597	-	5.343	1.130.433
<i>Custo</i>								
01 de janeiro de 2023	1.023.494	16.877	381.834	449.869	124.575	10.634	10.020	2.017.303
Adições	82.350	-	-	-	-	-	-	82.350
Baixas	(10.567)	-	-	-	-	-	(6.075)	(16.642)
Impairment	-	-	(77.044)	-	-	-	-	(77.044)
Variação cambial de conversão	(42.395)	-	-	(1.243)	(8.849)	-	(296)	(52.783)
31 de dezembro de 2023	1.052.882	16.877	304.790	448.626	115.726	10.634	3.649	1.953.184
<i>Amortização acumulada</i>								
01 de janeiro de 2023	(530.720)	(15.887)	-	(271.974)	(52.978)	(10.634)	(4.677)	(886.870)
Amortização	(148.553)	(199)	-	(34.200)	(6.979)	-	-	(189.931)
Baixas	2.542	-	-	-	-	-	732	3.274
Variação cambial de conversão	27.090	-	-	79	4.099	-	296	31.564
31 de dezembro de 2023	(649.641)	(16.086)	-	(306.095)	(55.858)	(10.634)	(3.649)	(1.041.963)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	403.241	791	304.790	142.531	59.868	-	-	911.221

10.2 Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

Os ágios adquiridos por meio de combinações de negócios são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa, para teste de valor recuperável (*impairment*). A Companhia realizou o teste de valor recuperável e considerou, entre outros fatores, a relação entre sua capitalização no mercado e seu valor contábil, para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia realizou a revisão do plano de negócios e crescimento das operações, identificando uma redução das parcerias, o que ocasionou uma perda no valor recuperável da UGC Submarino Viagens no valor de R\$ 77.044.

10.3 Unidade geradora de caixa (UGC)

Em 31 de dezembro de 2023, o valor recuperável das unidades geradoras de caixa das empresas do grupo CVC foi apurado com base no cálculo do valor em uso considerando as projeções de fluxo de caixa descontado durante exercício de até dez anos, conforme abaixo:

UGC	País	Carrying amount	Valor em Uso	Goodwill	Impairment	WACC (pós-tax)**
Read	Brasil	(24.776)	648.323	284.111	(181.356)	16,27%
Esferatur	Brasil	159.860	171.113	91.659	(32.648)	16,27%
Trend	Brasil	68.154	397.954	259.507	(191.089)	16,27%
Experimento	Brasil	(23)	159.296	44.159	-	16,27%
Ola	Argentina	(53.804)	57.544	59.061	(59.061)	23,66%
Avantrip/Biblos	Argentina	(3.536)	5.384	18.426	(18.426)	23,66%
Submarino Viagens*	Brasil	31.365	69.256	94.493	(77.044)	16,27%
Visual	Brasil	6.500	147.068	17.988	(11.650)	16,27%
Almundo*	Argentina	57.342	233.223	288.378	(288.378)	23,66%



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

(*) Em decorrência da revisão do plano de negócios e crescimento das operações, foi definido de forma prospectiva abertura da UGC Online em Submarino Viagens e Almundo, alinhado como a Companhia monitora suas operações.

(**) 16,27% para as empresas no Brasil e 23,66% para as empresas na Argentina.

A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa descontados para exercícios de 5 anos, tendo em vista que os planos de aquisição da Companhia são preparados por 5 anos, sendo os primeiros 2-3 anos de integração dos negócios e captura/ estabilização de sinergias, considerando cenário de estabilidade macroeconômica.

10.4 Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso da Read, Experimento, Visual, Trend, Esferatur, Ola, Avatrip/Biblos e Unidade Online é mais sensível às premissas de EBITDA (i), taxa de desconto (ii) e taxa de crescimento (iii):

(i) O EBITDA é baseado nos dois exercícios anteriores e são mantidas estáveis ao longo do exercício de projeção, com taxas de crescimento anual específicas para cada uma das empresas;

(ii) A taxa de crescimento na perpetuidade foi fixada em 3,5% para as empresas no Brasil e para as empresas na Argentina (4,7% para empresas no Brasil e Argentina em 31 de dezembro de 2022);

(iii) A taxa de desconto média do grupo é a mesma por região geográfica devido as premissas chaves de inflação e risco-país, que compõe o cálculo do WACC.

10.5 Análise de sensibilidade

Abaixo demonstramos a análise de sensibilidade para os cenários de acréscimo/redução de 1% na WACC utilizada para cálculo de *impairment*:

Variação no valor em uso	Taxa de desconto		
	Cenário Provável**	Acréscimo de 1%	Redução de 1%
Read	16,27%	623.466	677.404
Esferatur	16,27%	164.744	178.445
Trend	16,27%	381.113	417.658
Experimento	16,27%	152.194	167.605
Ola	23,66%	56.352	58.849
Avatrip/Biblos	23,66%	5.233	5.548
Submarino Viagens*	16,27%	66.668	72.284
Visual	16,27%	140.413	154.855
Almundo*	23,66%	230.538	236.159

(*) Em decorrência da revisão do plano de negócios e crescimento das operações, foi definido de forma prospectiva abertura da UGC Online em Submarino Viagens e Almundo, alinhado como a Companhia monitora suas operações.

(**) 16,27% para as empresas no Brasil e 23,66% para as empresas na Argentina.

11. Fornecedores

Política contábil:

Os fornecedores referem-se a repasses operacionais para fornecedores aéreos, terrestres, marítimos, dentre outros, e serviços turísticos, corporativos e de intercâmbio cultural prestados, cujo embarque já foi realizado, além de prestadores de serviços administrativos. O reconhecimento inicial é realizado pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo tendo em conta o vencimento em curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aéreo	222.730	129.865	250.734	162.802
Hotel	176.419	178.833	351.099	332.829
Marítimo	643	203	973	998
Instituições educacionais	7.405	12.051	7.405	12.051
Locadora de veículos	9.945	47.346	17.531	57.067
Fornecedores administrativos e gerais	93.400	65.515	240.177	187.661
Total	510.542	433.813	867.919	753.408

12. Debêntures

Política contábil:

Os saldos debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previsto contratualmente.

Emissão	Data de emissão	Vencimentos	Remuneração a.a.	Controladora e Consolidado		
				31/12/2023		
				Circulante	Não circulante	Total
4ª emissão	18/04/2019	30/11/2026	CDI + 5,5% a.a.	101.130	394.095	495.225
5ª emissão	28/01/2021	30/11/2026	CDI + 5,5% a.a.	60.367	234.419	294.786
Total				161.497	628.514	790.011

Emissão	Data de emissão	Vencimentos	Remuneração a.a.	Controladora e Consolidado		
				31/12/2022		
				Circulante	Não circulante	Total
4ª emissão série 1	18/04/2019	18/04/2023	CDI + 6% a.a.	387.961	-	387.961
4ª emissão série 2	18/04/2019	18/04/2025	CDI + 6,5% a.a.	8.754	202.950	211.704
5ª emissão	28/01/2021	01/06/2023	CDI + 5,75% a.a.	297.020	-	297.020
Total				693.735	202.950	896.685



4º Emissão

Em 18 de abril de 2019, o Grupo realizou a 4ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo a primeira composta por 458.700 debêntures e a segunda composta por 250.000 debêntures, ambas com valor unitário de R\$ 1.000, com juros remuneratórios equivalentes a 108,50% e 111,50% respectivamente, da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, over extra Grupo, base 252 dias úteis com as seguintes características e condições:

- a) Os juros remuneratórios foram calculados pela fórmula constante da Escritura de Emissão e pagos semestralmente;
- b) Os custos de transação associados foram alocados como redução do passivo e reconhecidos como despesas financeiras. Não há garantias vinculadas a esta debênture.

Sem prejuízo da liquidação antecipada, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o valor nominal unitário da 1ª série da debenture será amortizado em parcela única com vencimento em 18 de abril de 2023. E o valor nominal unitário da 2ª série das debêntures será amortizado em duas parcelas com vencimento em 18 de abril de 2024 e 18 de abril de 2025. As parcelas dos juros remuneratórios possuem vencimento semestral, com datas entre 18 de outubro de 2019 e 22 de abril de 2025.

5º Emissão

Em 21 de janeiro de 2021, foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a 5ª Emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em série única objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

A emissão das debentures foi concluída em 28 de janeiro de 2021, com a captação de R\$ 436.405 e vencimento em 01 de junho de 2023, ressalvadas as hipóteses previstas na Escritura de Emissão, com juros remuneratórios equivalentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI acrescida de sobretaxa equivalente a (i) 3,75% no exercício compreendido entre a primeira Data de Integralização (inclusive) e 01 de outubro de 2021 (exclusive); e (ii) 5,75% ao ano, no exercício compreendido entre 01 de outubro de 2021 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).

Os recursos captados foram integralmente utilizados para o pagamento antecipado do passivo financeiro da Emissora decorrente de instrumentos celebrados entre a Emissora, na qualidade de devedora, Citibank N.A., na qualidade de credor, e Banco Citibank S.A., na qualidade de interveniente anuente.

Em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora, realizada em 23 de maio de 2022 ("AGD") foram deliberadas e aprovadas (i) a postergação da data de pagamento da primeira parcela do saldo do valor nominal unitário das debêntures a qual seria devida em 01 de junho de 2022 passando a ser devida em 30 de junho de 2022 (ii) a postergação da data de pagamento dos juros das debêntures a qual seria devida em 01 de junho de 2022 passando a ser devida em 30 de junho de 2022. Em nova Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora, realizada em 27 de junho de 2022 ("AGD") foram deliberadas e aprovadas (i) a prorrogação do pagamento de parte do valor que seria devido na primeira data de pagamento (30 de junho de 2022), de forma que a amortização do saldo do valor nominal unitário das debêntures passará a ser realizada em 3 (três) parcelas com o pagamento de R\$ 100.000 em 30 de junho de 2022, R\$ 100.000 em 7 de abril de 2023 e R\$ 192.765 em 01 de junho de 2023.

Covenants

Ocorrerá o vencimento antecipado, caso seja concretizado as seguintes hipóteses:

- (i) Caso não divulgue as Demonstrações Financeiras completas no prazo a partir do primeiro trimestre de 2021; e
- (ii) Não sejam atingidos os índices financeiros abaixo por dois trimestres consecutivos ou alternados:

Exercício	Índice financeiro a ser observado
No 1º trimestre de 2021.	Dívida Líquida deve ser menor ou igual a R\$1.575.000
No 2º trimestre de 2021.	Dívida Líquida deve ser menor ou igual a R\$1.800.000
Entre o 3º trimestre de 2021 e 3º trimestre de 2022.	O quociente da divisão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido deve ser menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes
A partir do 4º trimestre de 2022 até a Data de Vencimento	O quociente da divisão entre Dívida Líquida e EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, amortização e depreciação) deve ser menor ou igual a 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes.

Reperfilamento das Debentures

Em 10 de março de 2023, foi comunicado ao mercado, através de Fato Relevante a Aviso aos Debenturistas um acordo com os debenturistas para reperfilamento da dívida, alongando o perfil da mesma e reduzindo o endividamento.

Em 06 de abril a companhia efetuou a amortização de R\$ 124.366 e a celebração dos aditamentos às respectivas escrituras das Debêntures. As Assembleias contaram com a presença de debenturistas representando 77,8% das debêntures da primeira série em circulação da 4ª emissão, debenturistas representando 96,5% das debêntures da segunda série em circulação da 4ª emissão e debenturistas representando 100% das debêntures em circulação da 5ª emissão. A proposição dos termos e condições do reperfilamento foram aprovadas pela totalidade dos presentes.

Em 22 de junho de 2023, a Companhia concluiu com sucesso o aumento de capital no montante de R\$ 549.999.

Alinhado ao escopo do acordo firmado com os debenturistas acerca do reperfilamento, a Companhia realizou em 22 de setembro de 2023 *tender offer* no valor de R\$ 75.000 para as Debêntures Existentes reperfiladas.

Os juros remuneratórios das debêntures reperfiladas serão pagos de forma semestral, sendo o primeiro pagamento a ser realizado em 31/05/2024. Após o reperfilamento as duas séries da 4ª emissão, CVCB14 e CVCB24, foram unificadas sob um único código, CVCB14, com novas características, assim como a 5ª emissão teve suas condições alteradas, conforme quadro resumo abaixo:

Cenário anterior a renegociação

Instrumento	4ª Emissão - série 1 - (CVCB14)	4ª Emissão - série 2 (CVCB24)	5ª Emissão - (CVCB15)
Valor Total da Emissão	R\$ 458.700	R\$ 250.000	R\$ 436.405
Data da Emissão	18/04/2019	18/04/2019	28/01/2021
Vencimento	18/04/2023	18/04/2025	01/06/2023
Custo	CDI + 6% a.a.	CDI + 6,5% a.a.	CDI + 5,75% a.a.
Pagamento de Juros	Semestral	Semestral	Trimestral
Amortização	21/11/2020 (10%)	21/11/2020 (10%)	03/09/2021 (10%)
	03/09/2021 (10%)	03/09/2021 (10%)	30/06/2022 (23%)
	18/04/2023 (80%)	18/04/2024 (40%)	07/04/2023 (23%)
		18/04/2025 (40%)	01/06/2023 (44%)

Cenário após a renegociação

Instrumento	4ª Emissão (CVCB14)	5ª Emissão (CVCB15)
Valor Total da Emissão	R\$ 499.561	R\$ 272.974
Data da Emissão	18/04/2019	21/01/2021
Data do Último Aditamento	06/04/2023	06/04/2023
Vencimento	30/11/2026	30/11/2026
Custo	CDI + 5,50% a.a.	CDI + 5,50% a.a.
Prêmio	3,6%, diferença entre a taxa CDI + 5,50% a.a. e CDI+7% a.a., ajustado no PU	3,6%, diferença entre a taxa CDI + 5,50% a.a. e CDI+7% a.a., ajustado no PU
Pagamento de Juros	Semestral último dia útil de maio e novembro	Semestral último dia útil de maio e novembro
Carência	Até 31/05/2024	Até 31/05/2024
Amortização	30/11/2024 (10%)	30/11/2024 (10%)
	30/11/2025 (45%)	30/11/2025 (45%)
	30/11/2026 (45%)	30/11/2026 (45%)

Covenants

Também foram negociados os novos *covenants*, a serem medidos a partir de 31 de dezembro de 2023 e garantias vinculadas aos recebíveis da Companhia:

Índice financeiro a ser observado
(i) Limite de Dividendos de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano;
(ii) Limitação de CAPEX de R\$125.000.000,00 ao ano, apurados anualmente a partir dos lançamentos referentes à adição de intangível e imobilizado apurados no fluxo de caixa de atividades de investimentos no fechamento de cada exercício;
(iii) Dívida Líquida - Recebíveis / EBTIDA \leq 3,5x a ser apurado trimestralmente a partir de dezembro de 2023 (inclusive) até dezembro de 2024 (inclusive);
Dívida Líquida - Recebíveis / EBTIDA \leq 3,0x a partir de março de 25 (inclusive) e até dezembro de 2025 (inclusive);
Dívida Líquida - Recebíveis / EBTIDA \leq 2,5x trimestralmente a partir de março de 26 (inclusive) até a data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2023 o índice apurado foi de (1,0) demonstrando o controle sobre o endividamento da Companhia.

13. Ativos de direito de uso e Passivo de arrendamento

Política contábil:

O Grupo reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato. O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo, incluindo custos iniciais do contrato, e posteriormente ao seu valor de custo ajustado menos a depreciação acumulada, perdas por *impairment*, ajustes do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente das parcelas não pagas no reconhecimento inicial, utilizando-se geralmente a taxa de juros de empréstimo incremental do Grupo, a não ser que a taxa de desconto implícita no contrato possa ser determinada confiavelmente. O passivo de arrendamento é subsequente acrescido do custo dos juros incorridos e reduzido pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas.

O passivo de arrendamento também pode ser alterado quando há alterações em indexadores de inflação do contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na expectativa da Administração de exercer ou não opções de saída ou renovação do contrato.

O Grupo aplica o julgamento para determinar a aplicação ou não da opção de renovação ou saída antecipada de determinados contratos. Este julgamento é feito levando em consideração o exercício para o qual o Grupo possui razoável certeza sobre esses exercícios, a existência de incentivos econômicos para permanecer no contrato e outros elementos, o que podem impactar significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

	Controladora			Consolidado		
	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total
Direito de uso						
Em 1 de janeiro de 2022	13.890	4.945	18.835	30.001	4.944	34.945
Adições de novos contratos	851	26.864	27.715	3.841	31.489	35.330
Reajuste de contrato	4.160	-	4.160	9.007	-	9.007
Amortização	(4.881)	(9.257)	(14.138)	(9.324)	(9.489)	(18.813)
Baixa	(5.128)	-	(5.128)	(5.421)	-	(5.421)
Transferência	1.917	-	1.917	-	-	-
Ajustes de conversão	-	-	-	(471)	-	(471)
Em 31 de dezembro de 2022	10.809	22.552	33.361	27.633	26.944	54.577
Adições de novos contratos	1.982	27.708	29.690	5.928	27.708	33.636
Reajuste de contrato	117	377	494	(502)	377	(125)
Amortização	(3.124)	(9.277)	(12.401)	(7.576)	(10.202)	(17.778)
Baixa	(5.267)	(66)	(5.333)	(7.113)	(66)	(7.179)
Ajustes de conversão	-	-	-	(364)	-	(364)
Em 31 de dezembro de 2023	4.517	41.294	45.811	18.006	44.761	62.767

A movimentação dos arrendamentos a pagar está detalhada abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total	Prédios e escritórios comerciais	Equip. de informática	Total
Passivo de arrendamento						
Em 1 de janeiro de 2022	12.065	8.565	20.630	31.975	8.565	40.540
Adições de novos contratos	851	26.864	27.715	3.841	31.489	35.330
Reajuste de contrato	4.160	-	4.160	9.007	-	9.007
Pagamento	(4.650)	(7.284)	(11.934)	(8.969)	(7.471)	(16.440)
Juros incorridos	813	1.600	2.413	3.923	1.670	5.593
Juros pagos	(813)	(1.600)	(2.413)	(3.923)	(1.670)	(5.593)
Baixa	(6.929)	-	(6.929)	(7.247)	-	(7.247)
Transferência	1.619	-	1.619	-	-	-
Ajustes de conversão	-	-	-	(599)	(284)	(883)
Em 31 de dezembro de 2022	7.116	28.145	35.261	28.008	32.299	60.307
Adições de novos contratos	1.982	27.708	29.690	5.928	27.708	33.636
Reajuste de contrato	117	402	519	(382)	402	20
Pagamento	(2.713)	(7.606)	(10.319)	(7.363)	(8.343)	(15.706)
Juros incorridos	570	1.610	2.180	3.443	1.846	5.289
Juros pagos	(570)	(1.610)	(2.180)	(3.443)	(1.846)	(5.289)
Baixa	(6.170)	(79)	(6.249)	(8.890)	(79)	(8.969)
Ajustes de conversão	-	-	-	(467)	(280)	(747)
Em 31 de dezembro de 2023	332	48.570	48.902	16.834	51.707	68.541
Circulante			20.319			25.133
Não circulante			28.583			43.408

As taxas de juros utilizadas para cálculo do valor justo do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo, o Grupo reavalia a taxa de juros quando há reavaliações do prazo de arrendamento.

Prazo	De	Até
Até 2 anos	4,50%	6,50%
3 a 5 anos	5,50%	7,50%
Mais de 5 anos	6,50%	8,50%

13.1 Maturidade dos passivos de arrendamento

Em atendimento ao Ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

(Em milhões de Reais)	2024	2025	2026	2027	2028	Passivo de arrendamento
Inflação projetada	3,90%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	
Controladora	18.939	16.212	8.069	-	-	43.220
Consolidado	24.894	21.762	13.500	5.194	983	66.333

14. Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente

Política contábil:

De acordo com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do exercício, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recursos do Grupo para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. As provisões tributárias, trabalhistas e previdenciário são estimadas considerando a natureza de cada processo, o risco de perda, e a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões cíveis são estimadas com base na média dos desembolsos históricos por processo independente da classificação de risco.

Os passivos contingentes, que não são reconhecidos no balanço patrimonial, são definidos como:

- Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Grupo; ou
- Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque (i) não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou (ii) o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O Grupo divulga o ativo contingente, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, suportadas pelo apoio de seus consultores legais.

	Controladora			
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis (b)	Tributários	Total
Em 01 de janeiro de 2023	10.809	38.849	7.403	57.061
Adições	1.725	61.255	892	63.872
Pagamentos	(381)	(24.655)	-	(25.036)
Reversões	(1.371)	(3.026)	(6.062)	(10.459)
Atualização Monetária	1.059	-	154	1.213
Em 31 de dezembro de 2023	11.841	72.423	2.387	86.651

	Consolidado				
	Trabalhistas e Previdenciárias	Cíveis (b)	Tributários	Passivo contingente (a)	Total
				Trabalhistas e Previdenciárias	
Em 01 de janeiro de 2023	16.804	56.439	8.492	13.061	94.796
Adições	3.082	136.264	892	-	140.238
Pagamentos	(2.423)	(34.384)	-	-	(36.807)
Reversões	(2.208)	(9.712)	(10.475)	(7.561)	(29.956)
Atualização Monetária	1.395	-	154	-	1.549
Variação cambial de conversão	(500)	(3.603)	6.050	(836)	1.111
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.150	145.004	5.113	4.664	170.931

(a) Passivo contingente de natureza trabalhista, previdenciária e tributária (IRPJ/CSLL, PIS/COFINS e ISS), oriundo de combinação de negócios da Ola.

(b) Os processos cíveis versam, em geral, sobre as seguintes matérias: atrasos e cancelamento de voos, extravio e danificação de bagagem, falha ou falta da prestação de serviços, rescisão contratual (multas aplicadas, reembolso, entre outros) e alterações de roteiros e itinerários. Adicionalmente, houve a adição de passivo contingente nas subsidiárias argentinas. Mais detalhes, vide nota explicativa 14.1.

14.1 Provisão passivo contingente subsidiárias argentinas

Durante o ano de 2023 em função do descrito na nota explicativa 1 a Companhia contratou assessores jurídicos que apuraram uma contingência avaliada como risco de perda provável no valor de R\$ 54.223. A Companhia e seus assessores jurídicos continuarão monitorando o tema.

14.2 Passivos contingentes

Os processos de natureza trabalhistas, tributários e cíveis, cuja probabilidade de perda foram classificadas como possível, totalizaram R\$ 853.402 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 588.669 em 31 de dezembro de 2022) e conseqüentemente não foram provisionadas. Os principais processos são como seguem:

Dedutibilidade fiscal do ágio

Cobrança de IRPJ e CSLL relativo a suposta amortização indevida de ágio, despesas financeiras e reflexo nos JSCP, nos exercícios de 2014, 2015 e 2016, além de multas isoladas, no valor total atualizado de R\$ 695.485 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 630.022 em 31 de dezembro de 2022).

Em 27 de maio de 2020, os membros da 12ª Turma de Julgamento da Delegacia da Receita Federal do Brasil, decidiram por unanimidade de votos, julgar procedente em parte a impugnação impetrada pela Companhia no curso do processo administrativo iniciado pelo auto de infração.

Esta decisão (ainda em primeira instância na esfera administrativa) cancelou provisoriamente os lançamentos relativos à amortização de ágio, juros sobre capital próprio (JSCP) e qualificação das multas aplicadas, mantendo, no entanto, a cobrança referente a glosas de amortização de earn out, despesas financeiras e agravamento da multa de ofício, bem como as multas isoladas. A Fazenda apresentou Recurso Voluntário quanto as matérias julgadas improcedentes na Turma de Julgamento e a Companhia recorreu acerca da parcela mantida do auto de infração pela Turma de Julgamento. Ambos os recursos aguardam julgamento.

Imposto de renda sobre pagamento baseado em ações

A Administração decidiu, de forma preventiva, em 18 de outubro de 2017, propor ação judicial em face da União sobre a possível tributação dos planos de opções existentes como remuneração, defendendo a natureza mercantil do contrato.

O valor da exposição tributária atualizada da CVC e dos participantes é de R\$ 262.583, com chance de perda possível, avaliada pelos consultores jurídicos da Companhia.

O processo encontra-se em fase de conhecimento. Em outubro de 2017, foi proferida decisão que deferiu o pedido de tutela de urgência realizado pela CVC e os beneficiários para determinar à União que se abstenha de exigir: (I) contribuições previdenciárias e de terceiros da CVC; (II) multa por suposta ausência de retenção do imposto de renda devido pelos participantes; e (III) imposto de renda devido pelos participantes. Todavia, em agosto de 2019, parte da tutela antecipada foi reconsiderada, o que resultou no seu indeferimento parcial. A CVC apresentou recurso para reversão da decisão, que aguarda julgamento.

O imposto de renda à alíquota de 27,5% foi objeto de depósito judicial para garantia do juízo para os exercícios posteriores ao ajuizamento da ação; para os exercícios anteriores, o depósito consistiu na diferença entre a alíquota de 27,5% e o imposto de renda sobre ganho de capital já pago pelo participante (15%). O saldo atualizado em dezembro de 2023 é de R\$ 122.813 (R\$ 108.544 em 31 de dezembro de 2022).

Demandas judiciais e administrativas (Cíveis)

No âmbito administrativo, a Companhia está sujeita às fiscalizações e autuações dos órgãos reguladores/administrativos, muito embora não faça parte de um mercado regulado. No âmbito judicial, as ações se concentram em questões originadas das relações de consumo com os clientes e de demandas movidas em face dos órgãos regulatórios/administrativos. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possui discussões judiciais relativas a um auto de infração movido pelo Procon-SP associado a cobrança de multas e taxas aplicadas para os casos de alteração na contratação ou rescisão contratual. O risco de perda é avaliado como possível, no valor total de R\$ 17.540 para dezembro de 2023.

A CVC Corp é requerida em procedimento arbitral (em andamento), no qual os autores alegam a necessidade de pagamento de indenização decorrente de danos causados por seus ex-administradores. Em caso de condenação da Companhia, ela poderá ser obrigada ao pagamento de eventual condenação que será apurada, nos termos a serem fixados pelo tribunal arbitral, caso aplicável.

Demandas judiciais (trabalhistas)

Trata-se de reclamação trabalhista, distribuída em março de 2022, com estimativa de perda possível no montante de R\$14.594. Os principais pedidos são: (i) danos morais e danos materiais por supostas informações desabonadoras na mídia, tendo em vista que tais divulgações estão dificultando a recolocação do reclamante no mercado de trabalho; (ii) danos materiais sob alegação de pagamento de bônus e de Stock Option. O caso ainda aguarda audiência e julgamento.

14.3 Depósito judicial

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas	731	1.385	1.161	1.837
Tributários	90.594	74.365	90.594	74.419
Cível	54.335	40.541	70.004	53.254
Bloqueio judicial	284	4.185	596	5.821
Total	145.944	120.476	162.355	135.331

O principal depósito judicial da Companhia refere-se à ação judicial sobre o pagamento baseado em ações apresentada na nota 14.1. Os saldos acumulados dos depósitos judiciais totalizam em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 90.594 (R\$ 74.419 em 31 de dezembro de 2022).

15. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

Ativos e passivos de tributos correntes são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

15.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(468.643)	(377.531)	(452.504)	(347.074)
Imposto de renda à alíquota nominal - 34%	159.339	128.361	153.851	118.005
Equivalência patrimonial	(62.852)	(14.101)	(98)	(319)
Receitas/despesas não tributáveis/indeutíveis	(4.572)	(33.673)	(73.021)	(62.149)
Varição na parcela dos tributos diferidos não reconhecidos	(106.492)	(78.288)	(120.511)	(91.550)
Benefício fiscal em gastos com emissão de ações (a)	9.600	8.391	9.600	8.391
Baixa do diferido ativo (b)	-	(66.015)	-	(72.903)
Benefícios fiscais (b)	15.228	-	24.564	13.703
Outros	1.512	(585)	1.239	455
Imposto de renda e contribuição social	11.763	(55.910)	(4.376)	(86.367)
Corrente	1.513	(585)	(1.475)	(859)
Diferido	10.250	(55.325)	(2.901)	(85.508)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	11.763	(55.910)	(4.376)	(86.367)
Alíquota efetiva	3%	-15%	1%	-25%

(a) De acordo o decreto 1.598 de 26 de dezembro de 1977, os custos associados às transações destinadas à obtenção de recursos próprios, mediante a distribuição primária de ações ou bônus de subscrição contabilizados no patrimônio líquido, podem ser excluídos, na determinação do lucro real, gerando o benefício fiscal sobre os gastos incorridos com emissões de ações.

(b) Efeito decorrente do benefício fiscal "PERSE", instituído pela Lei 14.148 de 3 de maio de 2021.

15.2 Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos

Em 17 de março de 2022 o Congresso Nacional derrubou o veto parcial à Lei nº 14.148/21 ("Lei do PERSE"), dentre os quais o Art 4º que prevê alíquota zero para os seguintes tributos: PIS, Cofins, CSLL e IRPJ.

Em decorrência dessa alteração, que passou a valer a partir da promulgação pelo Presidente da República no dia 18 de março de 2022, a Administração revisou seus saldos de tributos diferidos, registrando-os de acordo com sua alíquota estimada de realização.

A movimentação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferido é conforme segue:

	Controladora					
	01/01/2022	Resultado do exercício		31/12/2022	Resultado do exercício	
			Outros			31/12/2023
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	56.253	(56.253)	-	-	-	-
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	20.788	446	-	21.234	10.250	31.484
Ganhos e perdas com derivativos	475	(475)	-	-	-	-
Provisão para bônus, PLR e pagamento baseado em ações	42.710	(42.710)	-	-	-	-
Contratos de arrendamento	245	(245)	-	-	-	-
Impairment (a)	184	(184)	-	-	-	-
Mais valia de ativos e passivos contingentes (b)	(4.206)	(13.014)	-	(17.220)	-	(17.220)
Prejuízos fiscais (c)	342.013	168.826	(16.748)	494.091	106.492	600.583
Outras provisões	15.748	(15.748)	-	-	-	-
Imposto de renda diferido	474.210	40.643	(16.748)	498.105	116.742	614.847
Tributos diferidos não reconhecidos (d)	(40.590)	(95.968)	-	(136.558)	(106.492)	(243.050)
Imposto de renda diferido	433.620	(55.325)	(16.748)	361.547	10.250	371.797

	Consolidado						
	01/01/2022	Reconhecido em		31/12/2022	Reconhecido em		31/12/2023
		Resultado do exercício	Outros		Resultado do exercício	Outros	
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	71.271	(71.271)	-	-	-	-	-
Provisão para demandas judiciais e administrativas e passivo contingente	25.427	2.094	-	27.521	10.510	-	38.031
Ganhos e perdas com derivativos	607	(607)	-	-	-	-	-
Provisão para bônus, PLR e pagamento baseado em ações	44.009	(44.009)	-	-	-	-	-
Contratos de arrendamento	805	(805)	-	-	-	-	-
Impairment (a)	186	(186)	-	-	(28.047)	-	(28.047)
Mais valia de ativos e passivos contingentes (b)	156.547	(45.036)	2.843	114.354	(17.132)	7.623	104.845
Prejuízos fiscais (c)	474.372	170.724	(16.750)	628.346	120.228	(13.911)	734.663
Outras provisões	17.252	(17.252)	-	-	-	-	-
Ativo / Passivo de imposto de renda diferido	790.476	(6.348)	(13.907)	770.221	85.559	(6.288)	849.492
Tributos diferidos não reconhecidos (d)	(135.735)	(79.160)	-	(214.895)	(88.460)	-	(303.355)
Imposto de renda diferido	654.741	(85.508)	(13.907)	555.326	(2.901)	(6.288)	546.137

(a) Refere-se a baixa por impairment do imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 2.223 da Submarino Viagens, R\$ 11.904 da Esferatur e R\$ 13.920 da Visual Turismo Ltda, totalizando o montante de R\$ 28.047.

(b) Inclui impactos de conversão de saldos de controladas no exterior.

(c) Refere-se à imposto de renda não reconhecido sobre prejuízos fiscais.

(d) Em 07 de Outubro de 2022, foi publicada a Portaria PGFN Nº 8.798/22. Dentre outras providências, disciplina sobre a liquidação antecipada de acordos tributários ("Quitapgfn") feitos com base no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos ("Perse"), instituído pela Lei 14.148/22. Conforme tal Portaria, a entidade deve liquidar, em dinheiro, o mínimo de 30% do saldo da dívida. Quanto ao saldo remanescente (70%), a entidade pode antecipar (quitar) utilizando créditos advindos de prejuízos fiscais acumulados.

Em dezembro de 2022, a TREND aderiu ao Quitapgfn. Por isso, o montante de R\$ 19.872 será totalmente liquidado mediante: (i) pagamento, em espécie, de R\$ 5.961 em 6 (seis) prestações; e (ii) compensação (já realizada) de R\$ 13.911 com a utilização de prejuízos fiscais, ocasionando a redução dos saldos de Impostos de Renda e Contribuição Social diferidos.

15.3 Compensação dos impostos diferidos

A recuperação dos créditos do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros do Grupo, e se realizará conforme abaixo:



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

	Controladora	Consolidado
Ano Calendário 2027	30.200	43.211
Ano Calendário 2028	46.220	62.224
Ano Calendário 2029	50.120	66.977
Ano Calendário 2030	53.190	70.650
Ano Calendário 2031	55.650	73.675
Ano Calendário 2032	63.020	78.536
Ano Calendário 2033	59.133	36.035
Total reconhecido	357.533	431.308
Tributos não reconhecidos (prejuízo fiscal)	243.050	303.355
Total dos prejuízos fiscais	600.583	734.663

Em função da Lei Perse a alíquota utilizada é 0% para imposto de renda e contribuição social até março de 2027.

16.Contas a pagar – Aquisição de controlada

16.1 Contas a pagar de aquisição de controlada

O saldo de contas a pagar refere-se à aquisição da Submarino Viagens. O saldo a pagar está sendo corrigido pela SELIC e descontada à taxa de 15% a.a. A movimentação do contas a pagar é apresentado a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo a pagar em 01 de janeiro de 2022	68.582
Valores pagos no ano de 2022	(359)
Juros incorridos no ano 2022	8.473
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022	76.696
Circulante	4.319
Não circulante	72.377
Saldo a pagar em 01 de janeiro de 2023	76.696
Valores pagos no ano de 2023	(85)
Juros incorridos no ano 2023	10.005
Saldo a pagar em 31 de dezembro de 2023	86.616
Circulante	4.663
Não circulante	81.953

O saldo a pagar será liquidado da seguinte forma:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	4.319
2024	4.663	3.532
2025 em diante (a)	81.953	68.845
Total	86.616	76.696

(a) O valor das parcelas anuais é calculado com base no volume de transações feitas pela Companhia, sendo que a última parcela tem vencimento em 2025, porém o prazo do contrato pode se estender por mais 10 anos caso os valores não sejam totalmente pagos.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

16.2 Contas a pagar de aquisição de investida

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Viatrix Viagens (a)	1.348	3.037	842	3.037
Esferatur (b)	16.091	-	17.679	14.704
Total contas a pagar de aquisição de investida	17.439	3.037	18.521	17.741
Total contas a pagar de aquisição de controlada	4.663	81.953	4.319	72.377
Total contas a pagar de aquisição de controlada e investida	22.102	84.990	22.840	90.118

(a) Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital da Viatrix, que vem sendo corrigido com base em 100% pela taxa CDI com vencimento até 2027. A Companhia considera esta aquisição como partes relacionadas, tendo em vista que os ex-diretores são atuais acionistas do Grupo.

(b) Refere-se ao contas a pagar pela aquisição do capital da Esferatur, que vem sendo corrigido com base em 100% pela taxa CDI com vencimento até 2024. O Grupo considerou esta aquisição como uma transação com partes relacionadas, tendo em vista que os ex-diretores são atuais acionistas do Grupo.

17. Patrimônio líquido

17.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital subscrito é de R\$ 1.755.264 (R\$ 1.414.018 em 31 de dezembro de 2022), representado por 525.591.097 (277.247.309 em 31 de dezembro de 2022), ações ordinárias e sem valor nominal.

As movimentações do capital social no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 referem-se à:

Aumento de capital em 28 de junho, mediante a emissão de 166.666.666 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, no montante total de R\$ 549.999, dos quais (i) 21%, equivalentes a R\$ 115.000, foram destinados ao capital social da Companhia; e (ii) 72%, equivalentes a R\$ 406.765 líquido dos gastos para emissão das ações (Os gastos totalizaram o montante de R\$ 28.235) foram destinados à reserva de capital da Companhia.

Aumento de capital em 24 de novembro, resultante do exercício dos Bônus de Subscrição adquiridos à época da Oferta da Companhia, mediante a emissão de 81.677.122 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 226.246, os Bônus de Subscrição foram emitidos pela Companhia nos termos da Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de junho de 2023, pelo preço de exercício individual de R\$ 2,77. Sendo o valor de R\$ 22.869 decorrente do efeito do deságio do Bônus de Subscrição alocado à reserva de capital.

As movimentações do capital social no período findo em 31 de dezembro de 2022 referem-se à:

Aumento de capital em 26 de junho, mediante a emissão de 52.312.500 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, no montante total de R\$ 402.807, dos quais (i) 10,5%, equivalentes a R\$ 42.295, foram destinados ao capital social da Companhia; e (ii) 89,5%, equivalentes a R\$ 360.512 líquido dos gastos para emissão das ações (Os gastos totalizaram o montante de R\$ 24.678) foram destinados à reserva de capital da Companhia.



17.2 Opções de compra de ações

O Grupo concede remuneração na forma de pagamento com base em ações a seus principais executivos e administradores. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, assim como o uso de diversas premissas, o que depende dos termos e condições da concessão.

As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) a medida em que o serviço é prestado em contrapartida da reserva de pagamentos baseados em ações, no patrimônio líquido.

O preço de exercício das opções concedidas é o valor justo de mercado das ações no momento da outorga das opções, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA até a data de exercício.

Adicionalmente, os beneficiários devem manter o vínculo empregatício, conforme definido pelo plano de pagamento baseado em ações da Companhia anterior ao exercício da opção outorgada e deve observar o exercício de *lock-up* de um ano após a data de aquisição.

As opções são exercíveis em até 10 anos. Após a data da outorga, as opções, as quais os direitos de exercício tenham sido adquiridos, deverão ser exercidas em 90 dias contados a partir da data de saída da Companhia.

17.3 Planos de incentivo

Em Assembleia Geral Ordinária e extraordinária realizada em 28 de abril de 2017, os acionistas da Companhia aprovaram o “Plano de Incentivo a Longo Prazo e Retenção Baseado em Ações da Companhia – CVC” (“ILP CVC”), destinado aos diretores atuais e futuros da Companhia, diretores de sociedades controladas e determinados empregados da Companhia ou das sociedades controladas (gerentes com alto potencial).

Nos termos do ILP CVC, para fazer jus ao direito de receber ações restritas da Companhia, o participante, a seu exclusivo critério, deverá utilizar percentual de sua remuneração variável (PPR) para adquirir ações de emissão da Companhia no mercado secundário da B3. Tendo o participante utilizado sua remuneração variável para adquirir ações de emissão da Companhia no mercado secundário, o Conselho de Administração da Companhia conceder-lhe-á o direito de receber um número de ações restritas, sem nenhum custo ao participante, após transcorrido o exercício de *lock-up*, da seguinte forma:

(a) caso o participante tenha utilizado até 50% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a Companhia transferirá ao participante uma quantidade de ações restritas que será correspondente à mesma quantidade (100%) de ações adquiridas no mercado secundário;

(b) caso o participante tenha utilizado mais que 50% e até 75% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a Companhia transferirá ao participante uma quantidade de ações restritas que será correspondente à 125% do número de ações adquiridas no mercado secundário; e



(c) caso o participante tenha utilizado mais que 75% do valor líquido de sua remuneração variável na aquisição de ações no mercado secundário, a Companhia transferirá ao participante um número de ações restritas que será correspondente a 150% do número de ações adquiridas no mercado secundário.

Os participantes terão direito de receber as ações restritas e a Companhia terá a obrigação de transferir tais ações restritas somente após transcorrido o exercício de *lock-up*. Para fins do ILP CVC, o exercício de *lock-up* significa o exercício de três anos contado da data de aquisição das ações próprias pelo participante, devidamente demonstrado à Companhia pelo comprovante de aquisição das ações no mercado secundário, durante o qual o participante não poderá alienar, transferir, alugar, ceder, empenhar ou oferecer em garantia quaisquer tais ações adquiridas no mercado secundário, sob pena de, ao final de tal exercício, a Companhia não transferir ao participante as ações restritas.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram alterações em determinados termos e condições o Plano de Incentivo de Longo Prazo e Retenção Baseado em Ações (“ILP CVC”).

O ILP CVC, com as alterações ora propostas (“Novo ILP CVC”), preserva as suas características, inclusive com relação a seus objetivos e regras de administração. As principais alterações propostas no Novo Plano de Incentivo de Longo Prazo estão sumarizadas abaixo:

(i) Ampliação do rol de pessoas elegíveis ao plano, que passa a contemplar também os diretores, estatutários ou empregados, de sociedades subsidiárias ou controladas direta ou indiretamente pela Companhia, em até 100%, de acordo com a performance;

(ii) ampliação do limite de empregados (gerentes de alto potencial) da Companhia, de subsidiárias ou sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, que são elegíveis para participar do plano de 20% (vinte por cento) para 30% (trinta por cento) do total do quadro de gerentes;

(iii) alteração de limite máximo de diluição de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao ano em exercício de 10 (dez) anos, totalizando 3% (três por cento) do total de ações emitidas pela Companhia, para diluição máxima de 3% (três por cento) acumulada no exercício de até 6 (seis) anos;

(iv) inclusão de exercício de restrição de 12 (doze) meses após a aquisição como condição para a elegibilidade “Pessoas Elegíveis” provenientes de sociedades integral ou parcialmente adquiridas pela Companhia;

(v) criação de plano de entrega de ações restritas sem *matching*, limitado a 20% da diluição prevista no programa com *matching*.

Plano de Incentivo CEO 2020

Em Assembleia Geral Extraordinária em 24 de março de 2020 foi aprovado um novo Plano de Incentivo Baseado em Ações CEO 2020 (“ILP CEO 2020”) destinado ao novo diretor presidente da Companhia. Nos termos do ILP CEO 2020, o executivo elegível terá direito, observadas determinadas condições descritas no Plano, de receber ações restritas da Companhia de forma não onerosa.

O Plano de Incentivo CEO 2020, que segue o modelo de ações restritas, prevê a entrega gradual de ações de emissão da Companhia ao beneficiário, condicionada a sua permanência na Companhia, seguindo cronograma indicado no documento, que estabelece: (i) a entrega de 1/3 das ações em até 30 dias da assinatura do respectivo contrato de concessão; (ii) a entrega de 1/3 das ações em até 1 ano da assinatura do contrato; e (iii) a entrega de 1/3 das ações em até 2 anos da assinatura do contrato.

PLANO ILP 2020

Em reunião realizada em 16 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, dentre outras matérias, aprovou a proposta do ILP 2020, que tem por objetivo recompensar os participantes que contribuem para o melhor desempenho da Companhia e valorização das ações, especialmente considerando o atual momento desafiador da economia no qual a Companhia ocupa papel de destaque para a retomada do setor de turismo.

O ILP 2020 não cancela ou altera qualquer dos demais planos de opção ou remuneração baseados em ações atualmente em vigor do Grupo. O ILP 2020 busca, assim, (i) alinhar os interesses dos acionistas do Grupo aos dos participantes no êxito e na consecução dos objetivos sociais da Companhia e das Controladas; e (ii) possibilitar à Companhia e às Controladas atrair e manter a ela vinculados os participantes.

Poderão ser indicados para participar do ILP 2020 os empregados e administradores considerados executivos-chave da Companhia e das Controladas indicados pelo Conselho de Administração, independentemente de sua data de admissão como empregado ou posse em cargo na administração do Grupo.

a. Potenciais beneficiários

Serão beneficiários os empregados e administradores que sejam considerados executivos-chave da Companhia e das Controladas e que sejam indicados pelo Conselho de Administração (“participantes”).

b. Número máximo de ações abrangidas pelo plano

O número total máximo de ações restritas que poderão ser entregues no âmbito do ILP 2020 é de 8.000.000 (oito milhões) ações de emissão da Companhia (“ações referência”). O número total de ações que será entregue aos participantes dependerá do cálculo realizado nos termos do ILP 2020.

c. Condições de aquisição

A outorga de ações referência aos participantes no âmbito do ILP 2020 será gratuita e estará sujeita e dependerá do cumprimento e/ou verificação, conforme o caso, dos termos e condições previstas no ILP 2020 e nos contratos que forem celebrados com os participantes (“contrato”). Cada contrato contemplará uma quantidade de ações referência em relação às quais os respectivos participantes terão calculada a sua remuneração em ações (“remuneração em ações”).

A quantidade de ações a ser entregue a cada participante como remuneração em ações será calculada da seguinte forma:

$$\text{Quantidade de Ações} = \frac{[(A - B) * C] - D}{A}$$



Onde,

(A) corresponde ao preço atualizado (o valor de cada ação de emissão da Companhia calculado com base na média aritmética da cotação de fechamento nos 30 (trinta) últimos pregões em que as ações tenham sido negociadas na B3, contados retroativamente da data da entrega ou de cada data de antecipação);

(B) corresponde ao preço inicial (calculado com base na média aritmética da cotação de fechamento dos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores a 11 de novembro de 2020);

(C) corresponde ao número de ações referência outorgadas ao participante; e

(D) corresponde ao valor do imposto de renda retido na fonte e/ou quaisquer outros tributos sobre a remuneração em ações que sejam devidos pelos participantes. O pagamento da remuneração em ações será obrigatoriamente e parcialmente antecipado aos participantes nas datas (“data de antecipação”) e nos percentuais abaixo indicados, desde que na data em questão o preço atualizado seja superior ao preço de referência (preço inicial acrescidos em 10%):

<u>Data de Antecipação</u>	<u>Percentual da Remuneração em Ações Possível de Antecipação</u>
31.03.2021	10%
31.03.2022	15%
31.03.2023	20%
31.03.2024	25%

PLANO ILP TALENTOS

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 28 de setembro de 2021, foi aprovado o novo Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações para colaboradores da Companhia nos níveis de Diretor, Gerente Executivo, Gerente, Coordenador e Especialista recomendados pelo comitê gestor e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia (“ILP Talentos”).

O ILP Talentos estabelece os termos e condições para a concessão anual aos Participantes, pela Companhia, de Unidades que poderão, ao fim do prazo de carência e observados os termos nele dispostos, resultar na outorga de Ações Restritas aos Participantes.

Ele é dividido em quatro Programas, os quais serão emitidos anualmente por determinação do Conselho de Administração, observado o seguinte disposto: (i) os Participantes; (ii) a quantidade de Unidades objeto do respectivo Programa; e (iii) a faixa de número de salários mensais por nível de cargo a ser considerada para o múltiplo de salários mensais dos Participantes.

Para cada Programa, a elegibilidade de cada Participante estará sujeita a avaliação e ratificação pelo Comitê Gestor, a qual levará em consideração a performance individual de cada Participante na Companhia, e posterior aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Poderão ser concedidas Ações Restritas no âmbito deste Plano até o máximo de 1,8% (um vírgula oito por cento) do total de Ações do capital social da Companhia na data de aprovação do ILP Talentos. A quantidade de Ações Restritas outorgadas aos Participantes deverá ser ajustada para mais ou para menos com vistas a restabelecer os valores originalmente outorgados em razão de desdobramento, grupamento ou bonificação de ações. A fim de honrar o pagamento da Remuneração em Ações devida aos Participantes, a Companhia poderá utilizar ações mantidas em tesouraria ou, alternativamente, desde que previamente aprovado pelo Conselho de Administração, satisfazer tal obrigação mediante a entrega ao Participante do valor em moeda corrente equivalente à Remuneração em Ações, calculada na forma do ILP Talentos, do Programa e de cada Contrato.

Observados os termos previstos no ILP Talentos e nos Programas, o Participante receberá, a título gratuito, uma quantidade de Unidades correspondente ao quociente da divisão de determinado múltiplo de salários mensais do Participante pela Cotação de Mercado da Ação. Para fins de clareza, a determinação da quantidade de Unidades a serem concedidas será calculada da seguinte forma:

$$\text{Número de Unidades} = \frac{MSM}{CMA}$$

Onde,

“MSM” = Múltiplo de salários mensais do Participante; e

“CMA” = Cotação de Mercado da Ação.

As Unidades concedidas a cada Programa terão o prazo de carência de 3 (três) anos contados a partir da Data de Concessão de cada Programa, o qual será segmentado em 3 (três) parcelas, conforme cronograma previsto na Proposta da Administração anexa à ata da Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o ILP Talentos, para darem direito ao recebimento de Ações Restritas.

O ILP Talentos substitui o Plano de Incentivo a Longo Prazo e Retenção Baseado em Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2017 (“Plano ILP 2017”), sendo certo que os contratos de concessão de ações restritas e outras avenças celebrados no âmbito do Plano ILP 2017 manter-se-ão com relação aos respectivos participantes até sua liquidação integral nos termos ali previstos.

PLANO ILP 2023

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 28 de abril de 2023, foi aprovado o novo Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações restritas tendo como participantes os membros do Comitê Executivo da CVC Corp indicados pelo Comitê Gestor (conforme definido no ILP 2023) e aprovados pelo Conselho de Administração da CVC Corp, independentemente de sua data de admissão como empregado ou posse como administrador da CVC Corp, com o objetivo de recompensar os participantes que contribuam para o melhor desempenho da CVC Corp e, conseqüentemente, para a valorização das suas ações (“ILP 2023”). O ILP Talentos 2023 estabelece os termos e condições para a concessão anual aos Participantes, pela Companhia, de Unidades que poderão, ao fim do prazo de carência e observados os termos nele dispostos, resultar na outorga de Ações Restritas aos Participantes.

Ele é dividido em três Programas, os quais serão emitidos anualmente por determinação do Conselho de Administração, observado o seguinte disposto: (i) os Participantes; (ii) a quantidade de Unidades objeto do respectivo Programa; e (iii) a faixa de número de salários mensais por nível de cargo a ser considerada para o múltiplo de salários mensais dos Participantes.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

Para cada Programa, a elegibilidade de cada Participante estará sujeita a avaliação e ratificação pelo Comitê Gestor, a qual levará em consideração a performance individual de cada Participante na Companhia, e posterior aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Poderão ser concedidas Ações Restritas no âmbito deste Plano até o máximo de 1,62% (um vírgula sessenta e dois por cento) do total de Ações do capital social da Companhia na data de aprovação do ILP 2023. A quantidade de Ações Restritas outorgadas aos Participantes deverá ser ajustada para mais ou para menos com vistas a restabelecer os valores originalmente outorgados em razão de desdobramento, grupamento ou bonificação de ações. A fim de honrar o pagamento da Remuneração em Ações devida aos Participantes, a Companhia poderá utilizar ações mantidas em tesouraria ou, alternativamente, desde que previamente aprovado pelo Conselho de Administração, satisfazer tal obrigação mediante a entrega ao Participante do valor em moeda corrente equivalente à Remuneração em Ações, calculada na forma do ILP 2023, do Programa e de cada Contrato.

Nos termos do CPC 10 – Pagamento baseado em ações a Companhia realizou modificação do plano antigo de ILP COMEX 2020 para o plano ILP COMEX 2023. Dessa forma, seguindo os preceitos da norma contábil foi apurado o valor justo incremental advindo da nova outorga (diferença entre o valor justo dos novos instrumentos patrimoniais dados em substituição e o valor justo líquido dos instrumentos patrimoniais cancelados, na data da outorga dos novos instrumentos patrimoniais dados em substituição).



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

As movimentações no Plano de Opções de compra de ações e Incentivos de longo prazo (ILP) estão detalhadas abaixo:

	(Em milhares de opções)				(Em milhares de ações)					
	Plano 2	Plano 4	Plano 5	Plano 6	ILP CVC		ILP CEO 2020	ILP 2020 (Comex)	ILP Talentos	ILP Talentos 2023
	Tranche 2.1 a 2.3	Tranche 4.1 a 4.3	Tranche 1	Tranche 1	Tranche 3	Tranche 4				
01 de janeiro de 2022	64	106	126	319	112	290	300	6.177	351	-
Outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	235	970	-
Exercidas	-	-	-	-	(87)	(22)	(300)	-	(55)	-
Canceladas	-	-	-	-	(25)	(67)	-	(1.240)	(111)	-
31 de dezembro de 2022	64	106	126	319	-	201	-	5.172	1.155	-
Outorgadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.706
Exercidas	-	-	-	(319)	-	(124)	-	-	(117)	-
Canceladas	-	(106)	(126)	-	-	(53)	-	(5.172)	(631)	(1.206)
31 de dezembro de 2023	64	-	-	-	-	24	-	-	407	500

A despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 17.697 alocado em despesas gerais e administrativas, líquido de encargos sociais (R\$ 1.905 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). O valor justo médio ponderado dos instrumentos patrimoniais concedidos é determinado na data da outorga.

Detalhes	Plano 2	Plano 4	Plano 5	Plano 6	ILP CVC						
	Tranche 2.1	Tranche 4.1	Tranche 1	Tranche 1	Tranche 2	Tranche 3	Tranche 4	ILP CEO 2020	ILP 2020 (Comex)	ILP talentos	ILP Talentos 2023
Data de início (primeira outorga)	10/11/2013	10/11/2011	31/08/2014	09/12/2015	28/04/2017	16/05/2017	21/05/2021	07/07/2021	05/02/2021	01/10/2021	01/04/2023
Quantidade de opções - TBO (milhares)	64	-	-	-	-	-	27	-	-	407	500
Valor de exercício - R\$	R\$22,46	R\$11,82	R\$14,81	R\$12,87	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Volatilidade esperada	44,35%	30,58%	33,75%	38,33%	36,22%	36,22%	36,22%	N/A	56,55%	N/A	N/A
Prazo maturidade estimado	5 anos	5 anos	4,4 anos	5 anos	3 anos	3 anos	3 anos	2 anos	5 anos	6 anos	6 anos
Valor justo médio na data da outorga	R\$ 14,44	R\$ 5,07	R\$ 6,19	R\$ 7,51	R\$ 51,00	R\$ 53,57	R\$ 23,57	R\$ 9,40	R\$ 7,29	R\$ 22,95	R\$ 3,28

17.4 Ágio em transações de capital

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo da conta de Ágio em transações de capital é de R\$ 183.846 e refere-se ao ágio na aquisição de participação de não controladores.

17.5 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 8.326 ações em tesouraria (8.326 em 31 de dezembro de 2022) no montante de R\$ 120 (R\$ 120 em 31 de dezembro de 2022). As movimentações ocorridas nessa rubrica se referem a recompras de ações e transferências aos beneficiários dos planos de pagamento baseado em ações descritos na nota 17.3.

18. Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas compreendem principalmente transações referente a venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e conta corrente entre a Controladora e suas controladas.

As condições e os montantes destas estão demonstrados abaixo:

18.1 Principais saldos ou pagamentos oriundos de transações com partes relacionadas

	Controladora	
	31/12/2023	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Submarino Viagens (a)	13.955	59.964
Grupo Trend (a)	50.542	9.037
CVC Turismo S.A.U (b)	16.953	21.260
Grupo Bibam	3.172	-
Almundo	15.243	57
Esferatur (a)	12.245	4
Ola (c)	8.407	-
CVC Portugal	2	-
Viatrix Viagens	797	29
Rextur Advance	4.991	5.788
Total	126.307	96.139

	Controladora	
	31/12/2022	
	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Submarino Viagens (a)	138.974	36.859
Grupo Trend (a)	56.796	6.181
CVC Turismo S.A.U (b)	18.868	23.893
Grupo Bibam	3.172	-
Almundo	19.535	2.347
Esferatur (a)	27.797	596
Ola (c)	1.253	-
CVC Portugal	2	-
Viatrix Viagens	174	-
Rextur Advance	4.835	5.302
Total de op. Intercompany	271.406	75.178
Grupo Trend	830	-
Total de AFAC	830	-
Total	272.236	75.178



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

(a) Venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e conta corrente entre a controladora e suas controladas.

(b) Referem-se a despesas com a Diretoria do Grupo Bibam e Ola a serem reembolsadas pela CVC SAU a valor de custo e empréstimos a pagar.

(c) Refere-se ao pagamento de títulos da OLA S.A realizados pela CVC.

(d) Refere-se a venda de bilhetes aéreos, reservas de hotéis, outros serviços turísticos a valor de custo e empréstimos a receber.

18.2 Remunerações do pessoal-chave da Administração

A tabela a seguir mostra a remuneração paga pelo Grupo à Diretoria Executiva em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e outros benefícios de curto prazo	42.020	55.724
Pagamentos baseados em ações	603	1.905
Total	42.623	57.629

19. Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos

Política contábil:

As contas a receber de clientes referentes aos pacotes turísticos têm como contrapartida a conta de contratos a embarcar antecipados, no passivo circulante, até o momento do embarque dos passageiros. Na data do embarque do cliente, o valor pertinente ao repasse aos fornecedores (companhia aéreas, hotéis, receptivos, locadoras de carros, comissões de agentes etc.) é reclassificado para a respectiva conta de fornecedores operacionais, e para a receita de intermediação, momento em que o Grupo reconhece o serviço de intermediação de turismo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contratos a embarcar	931.694	766.924	1.130.443	844.615
Carta de crédito (a)	32.325	237.178	34.159	292.695
Adiantamento (b)	39.278	34.228	40.518	157.435
Reembolso (c)	11.083	53.444	17.855	70.169
Outros	15.038	3.757	16.141	4.985
Total	1.029.418	1.095.531	1.239.116	1.369.899
Circulante	1.028.794	1.093.255	1.236.909	1.363.735
Não circulante	624	2.276	2.207	6.164

(a) A Companhia vem oferecendo a remarcação das reservas e dos serviços que foram adiados ou a concessão de crédito para uso ou abatimento na compra futura de outras reservas ou serviços de turismo, segundo a conveniência do próprio consumidor (o valor contabilizado é líquido de penalidades ou multas por cancelamento). Os ganhos e perdas decorrentes de expiração do período estão relacionadas na nota explicativa 21.

(b) São créditos adquiridos pelos clientes na modalidade vale viagem (o cliente paga mensalmente as parcelas e vai acumulando o crédito para utilizar futuramente na conversão de um pacote/produto), com a CVC, na qual ainda não existe uma reserva vinculada, o cliente ainda não adquiriu ou solicitou pacote/produto. Exercício de expiração de 18 meses sem direito a reembolso.

(c) Na hipótese de restarem impossibilitados o oferecimento de remarcação ou o crédito ao consumidor, o Grupo restituirá o valor ao consumidor em 31/12/2022, para reservas e serviços adquiridos entre 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022 e em 31/12/2023, para reservas e serviços adquiridos entre 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Para os serviços aéreos, a Companhia também manteve a oferta para remarcação das reservas, concessão de crédito ou reembolso dos valores pagos, conforme disponibilidade e regras tarifárias das Companhias Aéreas e as condições previstas pela Lei 14.034/20, que teve sua vigência apenas até 31.12.2021 (o valor contabilizado é líquido de penalidades ou multas por cancelamento).

20. Receita líquida de vendas

Política contábil:

As principais fontes de receita da Companhia são:

- a) Comissões recebidas pelo serviço de intermediação de serviços turísticos, que compreende passagens aéreas, transportes terrestres, reservas de hotéis, intercâmbio cultural e profissional e comercialização de cruzeiros marítimos, assim como também para o produto denominado (fretamento aéreo) que compreende a comercialização de assentos.
- b) Taxas de serviço cobradas aos viajantes por serviços de seguro-viagem, receptivos, locação de veículos; entre outros; e
- c) Incentivos e comissões recebidos de companhias aéreas, empresas de cruzeiros marítimos e redes de hotéis, pela intermediação de seus produtos junto aos clientes.

Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho

Os serviços turísticos, exceto para fretamento aéreo que intensificamos as operações em 2023, são fornecidos por terceiros, visto que o Grupo não tem o risco de estoque antes que haja a transferência dos pacotes turísticos aos seus clientes.

Consequentemente, para as vendas dos pacotes turísticos, o Grupo atua como 'agente' ou na execução de sua obrigação de desempenho e que na função de 'agente', reconhece a receita de intermediação da transação correspondente à diferença entre o valor recebido do cliente e os repasses efetuados aos terceiros.

Com relação ao produto denominado fretamento aéreo, o Grupo obtém o controle dos bens e serviços de outra parte antes de transferir o controle para o cliente e, portanto, a sua obrigação de desempenho é fornecer os próprios bens ou serviços aos seus clientes. Nesse sentido, o Grupo atua como 'principal' na operação.

Política de reconhecimento da receita quando o Grupo atua como Agente

O Grupo, quando atua como agente, reconhece:

- a) a receita de intermediação no momento do embarque dos clientes que correspondente à diferença entre o valor recebido do cliente e os repasses efetuados aos terceiros, prestadores dos serviços turísticos; e
- b) demais receitas de vendas, incluindo as operações onde o Grupo atua como consolidadora e as vendas realizadas pelos portais na internet (exceto venda de pacotes turísticos), são reconhecidas nas demonstrações de resultados no momento da venda.

Política de reconhecimento da receita quando o Grupo atua como Principal

O Grupo, quando atua como principal, reconhece a receita da seguinte forma:

- a) a receita de fretamento decorrente da venda de assentos de aeronave ("fretamento aéreo") e seus respectivos custos dos serviços prestados são reconhecidos no momento do embarque dos clientes.

Ajustes de margem

Após o embarque, podem existir variações entre os valores previstos a pagar aos fornecedores dos serviços e os efetivamente cobrados, basicamente relacionados a eventuais multas e penalidades por *no show* ou cancelamentos fora do prazo contratual, diferenças de tarifas, variações de taxa de câmbio e erros operacionais. Nesse caso, o Grupo realiza ajustes para os impactos advindos dessas cobranças, de forma a reconhecer a margem adequadamente pelo regime de competência.

A abertura da receita de intermediação é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Doméstico	486.172	537.862	646.081	706.696
Internacional	301.995	272.906	625.208	596.484
Cruzeiro marítimos	6.962	2.905	67.030	36.595
Receita bruta de serviços ("agente")	795.129	813.673	1.338.319	1.339.775
Fretamentos	147.586	-	147.586	-
Receita bruta de serviços ("principal")	147.586	-	147.586	-
Receita bruta de serviços	942.715	813.673	1.485.905	1.339.775
Impostos sobre venda	(20.723)	(25.825)	(38.085)	(45.772)
Outros custos de cancelamento	(22.167)	(63.002)	(15.130)	(72.408)
Receita líquida de serviços	899.825	724.846	1.432.690	1.221.595

21. Custos e despesas operacionais

Política contábil:

Custos operacionais

O Grupo apresenta nesta rubrica custos de contratos de fretamento aéreo quando atua como principal nas vendas desses pacotes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo de serviços (Fretamentos)	(139.793)	-	(139.793)	-
Total	(139.793)	-	(139.793)	-

Despesas operacionais

O Grupo classifica suas despesas operacionais nas demonstrações do resultado do exercício de acordo com sua função. As despesas incorridas que são relacionadas diretamente às atividades da Companhia são classificadas como despesas de vendas e englobam principalmente despesas de marketing, custos com operadoras de cartões de crédito entre outros. As despesas, relacionadas a administração do Grupo são classificadas nas rubricas de Gerais e administrativas.

Outras receitas (despesas) são apresentadas em linha separada da demonstração de resultados e são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(314.203)	(384.746)	(508.515)	(617.522)
Serviços de terceiros (a)	(173.651)	(79.977)	(350.288)	(268.278)
Taxa de cartão de crédito	(80.773)	(57.067)	(125.199)	(92.600)
Depreciação e amortização	(113.881)	(89.489)	(218.496)	(203.180)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(50.602)	(38.935)	(58.699)	(48.399)
Outros (b)	(19.226)	(120.319)	(161.887)	(28.252)
Total	(752.336)	(770.533)	(1.423.084)	(1.258.231)
Despesas de vendas	(163.789)	(120.802)	(245.329)	(194.865)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(50.602)	(38.935)	(58.699)	(48.399)
Despesas gerais e administrativas	(546.907)	(546.400)	(974.881)	(1.111.626)
Despesas gerais e administrativas	(433.026)	(456.911)	(756.385)	(908.446)
Depreciação e amortização	(113.881)	(89.489)	(218.496)	(203.180)
Outras receitas (despesas) operacionais (c)	8.962	(64.396)	(144.175)	96.659
Total	(752.336)	(770.533)	(1.423.084)	(1.258.231)

(a) Inclui despesas com promoções, marketing, serviços profissionais e outros.

(b) Outras despesas gerais e administrativas incluem:

i. Receitas advindas da prescrição de passivos contingentes assumidos em combinação de negócios, entre outras receitas pulverizadas;

ii. Perdas operacionais por gastos não associados a reservas embarcadas.

iii. Custos com remarcações junto à Companhias aéreas, comissões com terceiros não recuperadas em função de remarcações e viagens canceladas. Esses custos não existiam no curso normal de suas operações, dessa forma tais custos estão sendo gerados exclusivamente em função da Pandemia de Covid-19. Após um ano de pandemia e com base na prorrogação da Lei 14.174/2021 que alterou a Lei 14.034/20, que foi sancionada durante o exercício, ocorreram novas remarcações, e acordos financeiros com Companhias áreas e outros fornecedores incorrendo em gastos adicionais no exercício.

iv. Ganhos e perdas decorrentes da expiração de cartas de créditos concedidas a passageiros por cancelamentos oriundos da COVID-19. O resultado dessas expirações foi de R\$ 105.615 na controladora e R\$ 121.785 no consolidado e são compostos pelos valores de cartas de crédito baixadas (R\$ 136.503 na controladora e R\$ 158.865 no consolidado) e custos associados a reservas de R\$ 30.888 na controladora e R\$ 37.080 no consolidado).

v. A Companhia realizou a revisão do plano de negócios e crescimento das operações, identificando uma redução das parcerias, o que ocasionou uma perda no valor recuperável da UGC Submarino Viagens no valor de R\$ 77.044 (conforme nota explicativa 10.2).

(c) Passivo contingente de natureza tributária, registrado nas subsidiárias argentinas. Mais detalhes, vide nota explicativa 14.1.

22. Resultado financeiro

Política contábil:

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- 1- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- 2- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras				
Encargos financeiros (a)	(158.430)	(174.112)	(164.106)	(198.113)
Taxa de serviços financeiros (b)	(155)	(18.325)	(1.315)	(19.277)
Juros das aquisições	(12.972)	(12.919)	(12.998)	(12.919)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(5.805)	(4.927)	(10.600)	(12.132)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(99.255)	(83.728)	(114.521)	(96.256)
Juros passivos – IFRS 16	(2.180)	(2.413)	(5.289)	(5.593)
Outros (c)	(60.635)	(18.906)	(86.337)	(31.171)
Total de despesas financeiras	(339.432)	(315.330)	(395.166)	(375.461)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	26.207	27.802	41.209	63.639
Juros ativos	7.993	5.413	11.628	7.696
Atualização de depósito judiciais	15.924	7.025	27.669	7.027
Outros	4.506	1.798	4.530	1.954
Total de receitas financeiras	54.630	42.038	85.036	80.316
Variação cambial, líquida (d)	(6.677)	(17.078)	(11.899)	(14.356)
Despesas financeiras, líquidas	(291.479)	(290.370)	(322.029)	(309.501)

(a) Referem-se a juros de empréstimos, debêntures e tarifas bancárias.

(b) Refere-se ao deságio nas operações de cessão de direitos creditórios com instituições financeiras.

(c) Inclui atualização das contingências não materializadas, prêmio PIK associado ao repêimento da dívida no montante de R\$26.845 e registro do instrumento financeiro associado ao bônus de subscrição no valor de R\$ 22.869.

(d) Inclui principalmente os efeitos de ganho e perda com hedge.

23. Prejuízo por ação

Política contábil:

De acordo com o CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, o resultado básico por ação deve ser calculado dividindo o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o exercício. As ações em tesouraria, descritas na Nota 17.6, não são consideradas em circulação e, portanto, são deduzidas do número de ações utilizado para os cálculos de lucro por ação. O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro líquido, ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(456.880)	(433.441)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (em milhares de ações)	373.870	252.301
Prejuízo por ação - básico (R\$)	<u>(1,22)</u>	<u>(1,72)</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares de ações)	373.870	252.301
Média ponderada de ações ordinárias (básico)		
		252.301
Ações ordinárias existentes em 31 de dezembro de 2022		121.569
Efeito das ações emitidas no período findo em 31 de dezembro de 2023		<u>373.870</u>
Média ponderada de ações ordinárias em circulação		<u>373.870</u>

Em função do prejuízo nos períodos, as ações ordinárias potenciais têm efeito antidiluidor. Desta forma, o resultado por ação básico e diluído são iguais.



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

24. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Controladora							
01/01/2023	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2023	
Debêntures – Circulante	693.735	(191.388)	(78.038)	162.752	-	(425.564)	161.497
Debêntures - Não circulante	202.950	-	-	-	-	425.564	628.514
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante	22.840	-	-	-	-	(738)	22.102
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante	90.118	(14.829)	(4.010)	12.973	-	738	84.990
Passivo de arrendamento	35.261	(10.319)	(2.180)	2.180	23.960	-	48.902
Total	1.044.904	(216.536)	(84.228)	177.905	23.960	-	946.005

Consolidado							
01/01/2023	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2023	
Debêntures – Circulante	693.735	(191.388)	(78.038)	162.752	-	(425.564)	161.497
Debêntures - Não circulante	202.950	-	-	-	-	425.564	628.514
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante	22.840	-	-	-	-	(738)	22.102
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante	90.118	(14.829)	(4.010)	12.973	-	738	84.990
Passivo de arrendamento	60.307	(15.706)	(5.289)	5.002	24.227	-	68.541
Total	1.069.950	(221.923)	(87.337)	180.727	24.227	-	965.644



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

	01/01/2022	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2022
Debêntures – Circulante	218.646	(100.000)	(160.288)	166.909	-	568.468	693.735
Debêntures - Não circulante	771.418	-	-	-	-	(568.468)	202.950
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante	21.230	-	-	-	-	1.610	22.840
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante	97.095	(41.325)	(15.073)	15.650	35.381	(1.610)	90.118
Passivo de arrendamento	20.630	(11.934)	(2.413)	2.413	26.565	-	35.261
Total	1.129.019	(153.259)	(177.774)	184.972	61.946		1.044.904

	01/01/2022	Liquidações	Juros pagos	Variação cambial e monetárias	Efeitos não caixa	Transferências - circulante e não circulante	31/12/2022
Debêntures – Circulante	218.646	(100.000)	(160.288)	166.909	-	568.468	693.735
Debêntures - Não circulante	771.418	-	-	-	-	(568.468)	202.950
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida circulante	31.534	(10.304)	-	-	-	1.610	22.840
Contas a pagar de aquisição de controlada e investida não circulante	97.095	(41.325)	(15.073)	15.650	35.381	(1.610)	90.118
Passivo de arrendamento	40.540	(16.440)	(5.593)	5.284	36.516	-	60.307
Total	1.159.233	(168.069)	(180.954)	187.843	71.897		1.069.950

25. Informações Complementares ao Fluxo de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações que não envolvem o desembolso de caixa:				
Passivo de arrendamento (a)	23.960	26.565	24.227	36.516
Operações no exterior diferenças cambiais na conversão	(4.825)	(1.597)	(4.825)	(1.597)
Compensação IRPJ e CSLL diferidos	-	16.748	13.910	16.748
Total	19.135	41.716	33.312	51.667

(a) Valor referente a saldos de contratos de aluguel - IFRS 16, vide nota explicativa 13.

26. Seguros

O Grupo tem como política manter cobertura de seguros em face dos riscos que envolvem entre outros, incêndios, danos materiais e responsabilidade civil, além de uma apólice de seguro de vida para seus funcionários.

As despesas com prêmios de seguros são registradas como despesas antecipadas, e reconhecidas na demonstração do resultado, linearmente, no exercício de vigência das apólices.

Tipo	31/12/2023
Risco civil	144.590
Responsabilidade civil administradores e diretores	173.316
Riscos gerais/cíveis	2.279.032
Total	2.596.938

27. Segmento reportáveis

Política contábil:

O CPC 22 (IFRS 8) — Informações por Segmento requer a divulgação de informações sobre os Segmentos operacionais de uma entidade derivadas do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisão sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho. A melhor forma de avaliação das naturezas e os efeitos financeiros das atividades de negócios em que está envolvida e os ambientes econômicos em que operam é o geográfico, sendo feita a abertura, portanto, por Brasil e Argentina. Os resultados são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração do Grupo, que é o principal tomador de decisões operacionais na concepção do CPC 22 (IFRS 8).

27.1 Resultados por segmento

	31/12/2023		
	Brasil	Argentina	Consolidado
Receita líquida de intermediação	1.137.898	294.792	1.432.690
Custo dos serviços prestados	(139.793)	-	(139.793)
Lucro Bruto	998.105	294.792	1.292.897
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>			
Despesas de vendas	(180.047)	(65.282)	(245.329)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(54.987)	(3.712)	(58.699)
Despesas gerais e administrativas	(786.877)	(188.004)	(974.881)
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	<i>(613.399)</i>	<i>(142.986)</i>	<i>(756.385)</i>
<i>Depreciação e amortização</i>	<i>(173.478)</i>	<i>(45.018)</i>	<i>(218.496)</i>
Equivalência patrimonial	(288)	-	(288)
Outras despesas (receitas) operacionais	(117.637)	(26.538)	(144.175)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(141.731)	11.256	(130.475)
Resultado financeiro	(307.991)	(14.038)	(322.029)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(449.722)	(2.782)	(452.504)
Imposto de renda e contribuição social	(3.859)	(517)	(4.376)
Corrente	(1.356)	(119)	(1.475)
Diferido	(2.503)	(398)	(2.901)
Prejuízo do exercício	(453.581)	(3.299)	(456.880)
<hr/>			
	31/12/2022		
	Brasil	Argentina	Consolidado
Receita líquida de intermediação	960.288	261.307	1.221.595
Lucro Bruto	960.288	261.307	1.221.595
<i>Receitas (despesas) operacionais</i>			
Despesas de vendas	(138.219)	(56.646)	(194.865)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(47.653)	(746)	(48.399)
Despesas gerais e administrativas	(877.408)	(234.218)	(1.111.626)
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	<i>(735.209)</i>	<i>(173.237)</i>	<i>(908.446)</i>
<i>Depreciação e amortização</i>	<i>(142.199)</i>	<i>(60.981)</i>	<i>(203.180)</i>
Equivalência patrimonial	(937)	-	(937)
Outras despesas (receitas) operacionais	43.816	52.843	96.659
Prejuízo antes do resultado financeiro	(60.113)	22.540	(37.573)
Resultado financeiro	(292.464)	(17.037)	(309.501)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(352.577)	5.503	(347.074)
Imposto de renda e contribuição social	(85.247)	(1.120)	(86.367)
Corrente	(819)	(40)	(859)
Diferido	(84.428)	(1.080)	(85.508)
Prejuízo do exercício	(437.824)	4.383	(433.441)
Atribuído a acionistas controladores	(437.824)	4.383	(433.441)
Atribuído a acionistas não controladores	-	-	-



Demonstrações financeiras da CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2023

27.2 Ativos e passivos por segmento

	31/12/2023			31/12/2022		
	Brasil	Argentina	Consolidado	Brasil	Argentina	Consolidado
Ativo						
Ágio	231.248	-	231.248	308.292	-	308.292
Ativo intangível	610.727	69.246	679.973	609.399	212.742	822.141
Ativo imobilizado	22.070	6.918	28.988	28.066	8.083	36.149
Contas a receber de clientes	810.877	31.758	842.635	480.690	34.766	515.456
Adiantamento a fornecedores	472.814	239.250	712.064	415.495	29.625	445.120
Despesas pagas antecipadamente	52.022	1.230	53.252	61.306	1.947	63.253
Direito de uso de arrendamento	62.692	75	62.767	54.294	283	54.577
Outros ativos por segmento	125.968	98.422	224.390	178.845	109.946	288.791
	2.388.418	446.899	2.835.317	2.136.387	397.392	2.533.779
Ativos não alocados			1.195.567			1.383.787
Total do ativo			4.030.884			3.917.566
Passivo						
Fornecedores	642.647	225.272	867.919	542.739	210.669	753.408
Contratos a embarcar antecipados de pacotes turísticos	1.111.294	127.822	1.239.116	1.258.787	111.112	1.369.899
Outros passivos por segmento	175.843	25.430	201.273	257.713	70.055	327.768
	1.929.784	378.524	2.308.308	2.059.239	391.836	2.451.075
Passivos não alocados			1.114.617			1.150.011
Total do passivo			3.422.925			3.601.086